

-----ATA N.º 5-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos dezanove dias do mês de junho de 2018, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1- Proposta n.º 22/AM/2018 – Votos, moções e recomendações;-----
- 2 - Proposta n.º 23/AM/2018 - Informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município;-----
- 2.1 – Informação sobre competências delegadas: -----
- -Proposta n.º 20/AM/2018 – Tomada de conhecimento de listagem dos contratos de delegação de competências e dos acordos de execução revogados e celebrados ao abrigo da autorização genérica da Assembleia Municipal de 09/11/2017; -----
- -Proposta n.º 21/AM/2018 – Tomada de conhecimento de cedência de parcelas de terreno para afetação ao domínio público; -----
- 3 – Proposta n.º 44/CM/2018 – Prestação de Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras referente ao ano de 2017; -----
- 4 – Proposta n.º 24/AM/2018 - Apreciação sobre o relatório de 2017, pelos representantes da Assembleia Municipal na Comissão Alargada da CPCJ;-----
- 5 - Relatórios de Saúde-----
- 5.1 - Proposta n.º 25/AM/2018 - Comissão Eventual de Saúde;-----
- 5.2 - Proposta n.º 26/AM/2018 - Conselho Consultivo do CHO – Informação do representante da Assembleia Municipal; -----
- 6 - Proposta n.º 34/CM/2018 – Plano de Mobilidade e Transportes do Município de Torres Vedras;-----
- 7 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais ----- :
- 7.1 – Proposta n.º 36/CM/2018 – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Aquisição contínua de materiais em PVC, PP e FFD para água e saneamento, por lotes; -
- 7.2 - Proposta n.º 35/CM/2018 - Empreitada para a reabilitação da encosta do Choupal – PARU 09 – Concurso público; -----
- 7.3 - Proposta n.º 37/CM/2018 - Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de investimento no âmbito do PEDU, até ao montante de € 559.564,21; -----
- 7.4 - Proposta n.º 38/CM/2018 – Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de investimento no âmbito do PEDU - Aquisição de equipamento, até ao montante de € 239.185,79;--

----- 7.5 - Proposta n.º 39/CM/2018 – Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da conceção/construção do Centro Educativo da Póvoa de Penafirme, até ao montante de € 2.073.580,00;-----

----- 7.6 - Proposta n.º 40/CM/2018 – Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da conceção/construção do Centro Educativo do Turcifal e de A-dos-Cunhados, até ao montante de € 6.098.900,00;-----

----- 8 – Proposta n.º 45/CM/2018 – Tomada de conhecimento da alteração ao contrato de gestão de eficiência energética, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/11, de 28/02, para implementação de medidas de melhoria de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Oeste, decorrentes do despacho proferido pelo Tribunal de Contas. -----

----- 9 – Proposta n.º 27/AM/2018 - Fixação do valor do seguro de Acidentes Pessoais dos membros do Órgão Deliberativo; -----

----- 10 – Proposta n.º 28/AM/2018 – Constituição de uma Comissão Eventual para o Ensino Superior em Torres Vedras; -----

----- 11 – Proposta n.º 41/CM/2018 - Nomeação de Auditor Externo para certificação legal de contas; -----

----- 12 – Proposta n.º 42/CM/2018 - Designação de Fiscal Único e Fiscal Suplente da Promotorres, E.M.; -----

----- 13 – Proposta n.º 43/CM/2018 - Atualização da lista de Juízes Sociais;-----

-----Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Vitor José dos Santos Fernandes, António Carlos Nunes Carneiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Renata Filipa S. R. Nunes Simões, Rui José Prudêncio, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Maria Teresa Lopes de Oliveira, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldès, Maria Leonor Marques Marinheiro, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Ana Paula Santos Mota, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida Henriques, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Manuel Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João

Pacheco Martins. -----
----Tendo presente o art.º 12.º do regimento da Assembleia, foi considerado faltoso o membro João Francisco Mota Tomaz.-----
---- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henrique Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro e Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas-----
----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

----O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação as atas n.º 1 de 27 e 28 de fevereiro e n.º 3 referente à sessão solene do 25 de abril, ambas do corrente ano, tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----O primeiro Secretário, Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

----Anota-se que foram numerados onze documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1: -----

---- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 11 de maio, a remeter a resposta à pergunta ao governo sobre “Integração dos trabalhadores no Centro Hospitalar do Oeste no âmbito do PREVPAP – direito a férias. -----

DOCUMENTO 2: -----

---- E-mail de Daniela Martins, que pertence um grupo informal de cidadãos que defende a floresta, de 15 de maio, sobre a defesa da Floresta e Ecossistemas Nacionais – Obrigatoriedade de controlo das áreas arborizadas e rearborizadas com eucalipto, solicitando que o município faça o seu levantamento e controlo, fazendo sempre que possível divulgação pública do mesmo, através de meios de comunicação social e ou afixação de anúncios aos seus municípios. -----

DOCUMENTO 3: -----

---- Ofício número 5411, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de maio, a remeter para conhecimento, dados da exploração da Pousada da Juventude de Santa Cruz. -----

DOCUMENTO 4: -----

---- E-mail de Isabel Esteves, de 24 de maio, a comunicar que estão a realizar uma petição para evitar o abate de árvores que se encontram na praceta Calouste Gulbenkian em Torres Vedras. ---

DOCUMENTO 5: -----

---- Ofício circular número 20/2018 da Assembleia Municipal do Mogadouro, de 30/05/2018, a

remeter para conhecimento e devidos efeitos, moção sobre a distribuição dos fundos comunitários, aprovada na sessão ordinária realizada no dia 27 de abril.-----

DOCUMENTO 6: -----

----- Ofício número 272/2018, da Assembleia Municipal de Fafe, de 25/05/2018 a remeter para conhecimento e devidos efeitos, a moção sobre a Regionalização, apresentada pelo Grupo Independente FAFE SEMPRE, e aprovada por unanimidade na sua sessão ordinária realizada no dia 27 de abril de 2018.-----

DOCUMENTO 7: -----

----- E-mail, do Grupo Parlamentar do PCP, de 12 de junho, a remeter perguntas feitas ao Ministério do Ambiente e ao Ministério das Finanças, sobre a contratação de trabalhadores pelas empresas públicas de carácter regional, no setor das águas. -----

DOCUMENTO 8: -----

----- E-mail do Senhor Presidente da Câmara a remeter ofício n.º 6257 de 12 de junho no qual informa que remeteu o pedido de esclarecimento do munícipe Paulo Santos sobre a Urbanização Campo Real, para a Divisão de Gestão Urbanística.-----

DOCUMENTO 9: -----

----- E-mail do Grupo Parlamentar os Verdes, de 18 de junho de 2018, a remeter pergunta dirigida ao governo sobre a falta de condições na Escola Básica 2/3 da Freiria, em Torres Vedras.-----

DOCUMENTO 10: -----

----- Ofício número 6484, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de junho, a remeter as respostas dada aos munícipes que usaram da palavra no Período Aberto à Intervenção do Público na reunião de 26 de abril da Assembleia Municipal.-----

DOCUMENTO 11: -----

----- Petição de António Manuel de Oliveira Fernandes, enquanto primeiro subscritor, datada de 19 de junho, a solicitar o restabelecimento imediato do trânsito automóvel no Largo de S. Pedro.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 12: -----

----- Carta de Natalina Luís, Presidente de Junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, a informar que por motivos relacionados com a freguesia, e por motivos pessoais não lhe foi possível estar presente na reunião de 2 de maio, nem delegar no substituto legal,. -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 18 DA LEI 75/2013 DE 12.09:--

DOCUMENTO 13: -----

----- E-mail da Freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça, de 11 de junho a informar que a presidente de junta Natalina Luís, em virtude de ter assumido outro compromisso para este dia, não poderá estar presente e será substituída pelo secretário José Manuel Antunes.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

DELIBERAÇÃO DA MESA: INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DO REGIMENTO-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu nota da seguinte deliberação:-----

----- “Ao abrigo do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Regimento, no âmbito da integração de Lacunas e ouvida a Comissão Permanente de Líderes, a Mesa delibera: -----

----- 1- No Período Aberto à Intervenção do Público e sem prejuízo do previsto no artigo 53.º, n.º 3 do Regimento, nos casos em que a competência sobre a questão apresentada for da Câmara Municipal, havendo disponibilidade do Presidente da Câmara para uma resposta imediata ao Público, pode fazê-lo sem exceder o tempo utilizado pelos cidadãos.-----

----- 2- O tempo utilizado pelo Presidente da Câmara para responder oralmente às questões apresentadas, não é contabilizado para o período de intervenção que consta no artigo 39.º, n.º 4 do Regimento.” -----

----- Nesta altura e de acordo com o art.º 38.º do Regimento da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao público que ao abrigo do n.º 2, se tinha inscrito para intervir. -----

MOBILIDADE – PETIÇÃO:-----

----- O **Sr. António Oliveira** interveio como primeiro subscritor de uma petição que entregou à mesa, a reclamar do encerramento do acesso do trânsito ao Largo de S. Pedro e pedir o seu restabelecimento, tal e qual se encontrava antes. -----

----- Passou a apresentar os motivos, referindo - se concretamente ao facto de não lhes parecer que tenha sido acautelado o impacto económico, social e talvez de pouca relevância neste espaço, as questões ambientais.-----

----- Disse que lhes pareceu uma medida desenquadrada, fora de contexto, que não conseguem entender e mencionando como facto importante, não terem visto ganho nesta medida.-----

----- O Centro Histórico de Torres Vedras, é uma zona demasiado importante para tomarem medidas desta forma, as quais devem ser anunciadas previamente, discutidas e avaliadas, contextualizadas e depois então se entenderem que traz benefícios, serem tomadas. -----

----- Vem reafirmar o empenho de todos os subscritores e solicitar junto da câmara que inverta a situação, abrindo de novo o largo à circulação do trânsito.-----

----- Por último deu nota que muitas das pessoas que assinaram a petição por não estarem contentes com a medida nem sequer eram de Torres Vedras, o que deu para perceber que esta questão do centro histórico, não se cinge só aos comerciantes locais, mas à região.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a Câmara Municipal tem vindo a fazer ações tendentes a que o centro histórico seja um espaço de referência, onde todos possam coabitar, dotando-o com qualidade de vida. -----

----- Neste âmbito, recentemente foram implementadas um conjunto de medidas no sentido de

doar o espaço público ao cidadão. Entenderam que estas medidas eram as mais sensatas, mais equilibradas e as mais ajustadas.-----

---- Deu nota que em março de 2017 apresentaram, numa sessão pública realizada no fórum, uma visão integrada e estratégica para o centro histórico até 2030, que contemplava um conjunto de medidas em várias vertentes.-----

---- Deu nota ainda que, tem vindo a discutir quer com os operadores locais, quer com as associações do setor, quer individualmente, o trabalho que pode ser feito para dinamizar o centro histórico.-----

---- Disse estar em condições de anunciar como medida de incentivo, a 1.^a hora gratuita no estacionamento do mercado municipal, a qual será monitorizada, para aferir se vai de encontro ao pretendido pelos comerciantes, e vão aumentar os espaços de cargas e descargas na Rua Almirante Gago Coutinho.-----

---- Após a implementação das medidas, numa primeira análise vão dialogar com a ACIRO e comerciantes com porta aberta no Largo de S. Pedro e imediações, para que se possa ajustar e encontrar o tal ponto de equilíbrio.-----

---- Referiu que assumiu ter reuniões periódicas com a ACIRO e com os conselhos consultivos que existem por rua, no sentido de obterem indicadores da atividade das mesmas e contributos do ponto de vista social, ambiental e outras dimensões importantes.-----

---- Assim entendem que estas medidas vão ao encontro à proposta apresentada pelos comerciantes do território.-----

---- Concluiu assegurando que é o ponto de equilíbrio que está em causa, e procurarão sempre esse equilíbrio.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SANEAMENTO NA ZONA DO ARENA SHOPPING:-----

---- O **Sr. José Firmino dos Santos** informou que vive nesta zona desde 2003 sem saneamento e uma vez por mês tem que despejar a fossa. Só depois de ter construído a sua habitação é que verificou que não havia esgotos naquela zona.-----

---- Referiu também que já se queixou a todas as entidades responsáveis, mas o problema subsiste, o que considera inadmissível ocorrer dentro da cidade de Torres Vedras e gostaria de o ver resolvido.-----

---- Deu nota ainda que há mais moradores nestas condições mas só ele teve coragem de vir à Assembleia Municipal reportar a situação.-----

---- Acrescentou que há cerca de um ano foram feitas obras para alargar a via, não sabendo se foi coincidência ter sido antes das eleições autárquicas, mas que ficaram por acabar.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que iriam indagar junto dos SMAS o que se passa para

informar.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

QUALIDADE DE VIDA IMATERIAL NO CENTRO HISTÓRICO:-----

----- O **Sr. Rui Matoso** disse que é conhecido o aumento da existência de violência de crimes contra a integridade física graves no centro histórico, especialmente nos fins de semana, à noite quando se verificam grandes agrupamentos de jovens, ocorrências que já presenciou diretamente.

----- As estatísticas da justiça também indicam que tem havido um constante aumento deste número de crimes, que contabilizavam até 2012, 298 crimes e 321 em 2017.-----

----- É neste contexto urbano decadente, do ponto de vista da sociabilidade, que os jovens torrienses, essencialmente estudantes do secundário e universitário, se movem principalmente ao fim de semana.-----

----- Lamentou a ausência de espaços de convívio para além daquilo que fornece a indústria da noite, bares, álcool etc. Em todas as cidades existem espaços para produção cultural, espaços de atividades socioculturais, espaços alternativos, espaços onde os jovens possam para além de fruir, ou de serem meros espectadores, serem participantes.-----

----- Acha que estes problemas não se resolvem com mais policiamento, nem com o protocolo que existe com a administração interna para mais segurança no centro histórico, e questionou, em termos de pragmatismo político, que medidas, programas concretos e apoios existem que usem espaços devolutos ou outro tipo, o executivo pensa vir a implementar para que os jovens possam construir alternativas de sociabilidade concreta e pragmática.-----

----- Por último questionou se o edil tem alguma sugestão sobre este assunto, porque hoje é com tristeza e incómodo que diz aos seus filhos para se afastem do centro histórico à noite pois para além de ser perigoso, não há nada para fazer.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o município acabou de criar um alarme social, que não se justifica pelos indicadores que dispõe e informou que a PSP deteve todos os prevaricadores das situações que ocorreram no centro histórico.-----

----- No que se refere à atividade que existe na noite em Torres Vedras, que é muita, sugeriu que o município visse a programação do Teatro-Cine, da Estufa, ATV e da Cooperativa de Comunicação e Cultura, citando apenas alguns exemplos das associações sedeadas no centro histórico, que os jovens têm ao seu dispor.-----

----- Assegurou que a qualidade de vida no centro histórico recomenda-se, é excelente e os jovens podem andar à vontade a qualquer hora.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENCERRAMENTO DO TRÂNSITO NO LARGO S. PEDRO – MOBILIDADE:-----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** começou por registar que depois de ouvir as palavras do edil sobre

este assunto pensa que não vive neste município. Têm tudo, está tudo muito bonito, mas falta o principal que são as pessoas, que ele tira quando corta ruas, sem ganhos, como disse o munícipe que interveio. -----

----- Esta medida apenas serviu para tirar pessoas ao centro histórico, e como dizem os comerciantes, sem razão aparente, servindo apenas para ter mais esplanadas. -----

----- Todos se lembram da Rua Paiva de Andrade há uns anos atrás e que a sua decadência começou com o corte de trânsito. -----

----- Acha que o Sr. Presidente da Câmara podia ponderar, não faz mal voltar com palavra atrás reconhecendo que está a prejudicar as pessoas, o que notoriamente é o caso. -----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que subscrevia integralmente esta intervenção. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que no dia de Santo António a Praça Machado Santos estava cheia de pessoas. -----

----- Disse também que a câmara entende que as pessoas estão primeiro que os carros, e já prestou esclarecimentos suficientes sobre esta matéria. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CHAFARIZ DOS CANOS: -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** deu nota que o Chafariz dos Canos, um dos monumentos mais emblemáticos do concelho, tem a iluminação desligada o que não lhe dá a dignidade que merece.

----- No que se refere a este assunto o **edil** disse que tomou a devida nota. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

RUAS DA CIDADE: -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** alertou que a Rua Tenente Coronel de Moura tem o piso em mau estado, causa alguns incómodos aos condutores e era importante que fosse reparado quanto antes. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão numa fase importante da decisão no que se refere à obra localizada ao lado do mercado que está suspensa e como há perspectivas que a mesma venha a recomeçar, não é a melhor altura para repavimentar esta rua. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

AGRADECIMENTO: -----

----- A **Sra. Renata Simões** interveio no sentido de agradecer os votos de felicitações que recebeu da Assembleia Municipal pelo nascimento da sua filha Beatriz. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3 RS – REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM: -----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** questionou que medidas está a câmara a tomar no que diz respeito à política dos “3 Rs”, redução, reutilização e reciclagem, dentro dos órgãos da autarquia. -----

----- Disse que que a autarquia devia começar a pensar em iniciar um processo de desmaterializar as renovações dos selos de residente. -----

----- Referiu também o facto de poderem limitar o uso de bandeiras, promocionais, nomeadamente a da Capital Europeia do Vinho e depois a sua reutilização. -----

----- Por último reportou-se à revista municipal no sentido de que o município podia repensar o número de exemplares que são impressos e incrementar o número de agendas, que antes faziam parte da própria revista e deixaram de fazer.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por informar que este ano o Oeste Infantil foi dedicado ao Ambiente e à Sustentabilidade, com uma mensagem clara do que as escolas do concelho têm vindo a fazer, assim como do trabalho que a autarquia desenvolveu neste domínio, tendo sido utilizado muito material reciclado. -----

----- No que se refere à renovação dos selos de residente informou o executivo municipal deliberou recentemente uma alteração ao regulamento, sendo apenas necessários dois documentos. -----

----- Deu nota que o município tem vindo a reduzir a utilização do papel, nomeadamente no que se refere à emissão de convites e de flyers promocionais, utilizando a rede on-line. ----- .

----- Agradeceu o alerta do deputado municipal.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONTROLE DE PRAGAS:-----

----- Tal como já referiu numa anterior intervenção o **Sr. Sérgio Jacinto** alertou que a cidade de Torres Vedras carece de controlo de pragas, especialmente de pombos, que tem os inconvenientes que todos conhecem e criam complicações para os transeuntes e para o edificado, que a câmara ajudou a preservar, nomeadamente a Igreja Matriz de S. Pedro e a de Santiago e recentemente a Igreja de Santa Maria do Castelo. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que têm vindo a trabalhar neste assunto. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS ERRANTES:-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** questionou sobre a execução da Lei 27/2016 que se refere ao apoio de verbas do OE para a esterilização de animais errantes e se está em condições para se candidatar a essas verbas, de que modo o está a fazer e que *feedback* têm a esse respeito.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que aderiram ao mesmo através da DGAV e estão a trabalhar no âmbito da esterilização canina no canil municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ÉPOCA BALNEAR:-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** questionou a razão de ter sido aberta a época balnear muito recentemente, quando ainda faltam 3 vigilantes nas praias do concelho.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que a câmara municipal definiu com a Agência Portuguesa Ambiente que a época balnear decorrerá de 15 de junho a 15 de setembro, mas ainda faltam alguns nadadores salvadores. -----

----- Fez notar que este recrutamento envolve alguma dificuldade, até pelo facto de constatarem que os nadadores salvadores até aqui tinham um ordenado que era acordado com o concessionário, mas agora pedem também refeição e alojamento, o que dificulta este acordo. -----

----- No entanto pensa que a situação ficará estabilizada nos próximos dias. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA CIDADE: -----

----- A **Sra. Teresa Oliveira** alertou para a falta de manutenção das zonas ajardinadas da cidade sendo o exemplo mais carismático o Parque Verde da Várzea. -----

----- Assinalou que todo o material de madeira existente neste parque precisa de manutenção, porque depois de investir é necessário conservar. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a equipa de manutenção, que é composta apenas por 3 pintores, está a fazer trabalhos em Santa Cruz até ao final do presente mês e depois vêm para o Parque Verde da Várzea. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO NO MERCADO MUNICIPAL: -----

----- A **Sra. Teresa Oliveira** manifestou a satisfação do PCP com a proposta do edil no sentido voltar a 1.ª hora grátis. -----

----- A deputada municipal **Marta Geraudes** lembrou que o Presidente da Câmara não vai dar nenhum benefício novo, vai apenas repor o que tinha retirado há uns anos atrás. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PRAIAS DE OURO: -----

----- O **Sr. António Moreira** interveio no sentido de congratular a dar os parabéns à autarquia, porque Torres Vedras é o concelho do país com mais praias de ouro. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que tinha grande orgulho por ter há 15 anos o pelouro do ambiente, mas também tem grande orgulho nos torrienses que são os responsáveis por o município estar na linha da frente neste domínio, onde ainda há muito trabalho para fazer. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE – PROGRAMA ABEM: -----

----- A **Sra. Manuel Pacheco**, interveio no sentido de partilhar a celebração do protocolo no passado dia 15 de maio, com a Associação Dignitude, sendo Torres Vedras mais uma das muitas autarquias a integrar Programa ABEM, que se baseia no princípio elementar da solidariedade de que todos se devem sentir responsáveis. -----

----- Deste modo os cidadãos carenciados serão, identificados, avaliados e referenciados à associação que lhes entregará um cartão com o qual se poderão dirigir a uma farmácia aderente, onde terão os seus medicamentos a custo zero.-----

----- O Programa ABEM obedece a 10 princípios e há data de 30 de abril, havia 2006 famílias abrangidas, 4123 oficiários envolvidos, 74017 medicamentos dispensados, 413 farmácias aderentes, 72 entidades referenciadoras e 77 concelhos cobertos-----

----- Manifestou o seu regozijo pelo facto da câmara municipal contribuir para este programa que ajuda os cidadãos mais carenciados a ter acesso aos medicamentos, reforçando o número de cidadãos com doença que ficam controlados.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se trata de um projecto na área da saúde, sendo uma parceria importante nesta área de ação e que dará um contributo positivo aos mais carenciados para terem acesso a medicamentos.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONVENÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE:-----

----- A **Sra. Manuela Pacheco** deu nota que a convenção em título teve lugar nos dias 7 e 8 do corrente mês, onde mais de 70 parceiros do setor da saúde debateram o futuro do SNS e do Sistema de Saúde em Portugal.-----

----- Deu nota que alguns dos pilares fundamentais foram abordados, tais como o aumento do financiamento, aumento das desigualdades sociais, qualidade dos cuidados de saúde, sendo que a alteração da atual lei de bases da saúde, quer reforçar o papel que as autarquias têm na promoção da saúde e bem estar, na prevenção da doença e na educação para a saúde, em parceria com os agentes locais públicos privados ou sociais.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA AOS PEDIDOS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- A **Sra. Rita Sammer** reportou-se ao pedido que fez ao edil para que lhe fossem disponibilizados os Planos Rampa e o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, no seguimento da sessão de esclarecimentos, sobre o Plano de Mobilidade e Transportes do Município de Torres Vedras, agendado para esta sessão, documentação que ainda não recebeu.-----

----- Assim, questionou qual o grau de prioridade que transmite aos serviços para que a resposta seja fornecida. Percebe que todos têm muito trabalho, mas, no seu entendimento, estes seriam documentos acessíveis de disponibilizar.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que remete de imediato para os serviços os pedidos, que são satisfeitos de acordo com a disponibilidade dos mesmos.-----

----- Mais informou que a curto prazo a deputada municipal terá a resposta.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS: -----

----- A **Sra. Rita Sammer** solicitou uma atualização do processo em título, uma vez que na sessão que este assunto foi discutido foi feita alusão a ausência de respostas por parte da DGAL.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que está a decorrer a audiência de interessados e esperam, na primeira quinzena de julho, integrar cerca de 60 colaboradores que até agora estavam em regime precário. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

GRAVE RISCO PARA A SAÚDE PÚBLICA – PISCINA NO CAMPO REAL:-----

----- A **Sra. Rita Sammer** deu nota que recebeu, assim como os membros do executivo municipal e presidente da assembleia, um e-mail a dar nota do assunto em título, alegando que as piscinas não têm manutenção desde 2008, solicitando informações sobre este problema. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que se trata de uma piscina privada e a reclamação foi remetida para a Fiscalização Municipal, no sentido de notificar o seu proprietário. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROTOCOLO – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DA BÁSICA 2/3 FREIRIA:-----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** informou que a autarquia já celebrou com a tutela um protocolo para a requalificação da escola em título, que foi construída em 1972 e se encontra muito degradada, o que acontecerá dentro de dois anos de forma a torna-la mais digna do ponto de vista de habitabilidade, para os alunos e professores. Este projecto vai ser completado com o futuro centro escolar que vai ficar a paredes meias, utilizando valências comuns. -----

----- Concluiu dizendo que embora venha tarde, valeu a pena o esforço de todos os que têm lutado para que esta requalificação seja uma realidade. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que após muitas promessas, o governo do PS finalmente conseguiu cumprir, em dotar a Freiria de uma escola de excelência. Pensa que no mês de julho o processo para a abertura do concurso esteja em condições de ir a reunião do executivo, para que a obra comece dentro do calendário que foi acordado. -----

SANEAMENTO:-----

----- O **Sr. Nuno Henriques** começou por lamentar ainda existir na zona urbana de Torres Vedras problemas de saneamento básico, 44 anos depois do 25 de abril de 1974, que o executivo devia tomar em boa nota, para a resolução emergente. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que há sempre problemas para resolver, que tentam resolver e nesta fase a solução é o estanca fossas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SEGURANÇA - POLICIA MUNICIPAL:-----

----- Relativamente aos problemas de segurança, referenciado no período aberto à intervenção do público, o **Sr. Nuno Henriques** sugeriu que a introdução de videovigilância e polícia municipal seria justificável para um concelho desta dimensão, podendo assim dar a garantia que existe segurança. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que Torres Vedras não tem rádios que levem à instalação de videovigilância, e o município desenvolve, fruto de diálogo com a PSP e com a GNR um trabalho de excelência e de proximidade, no sentido a que as pessoas se sintam seguras. -----

----- O **Sr. Nuno Henriques** lembrou que o edil não respondeu sobre a polícia municipal. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** interveio para lembrar que as polícias municipais têm competências limitadas no domínio da segurança e ordem pública. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** reforçou que que as policias municipais têm competências distintas das que estão cometidas à PSP e GNR. -----

----- Fez notar que o modelo agora praticado por estas forças de segurança funciona, ao que acresce o recente contrato local de segurança celebrado com o Ministério da Administração Interna para todo o território, a reafirmar o acordo que já existia só para o centro histórico. Não estão a equacionar alterar este modelo e avançar para a criação de polícias municipais. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OESTE - CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA: -----

----- O **Sr. Nuno Henriques** questionou se os concelhos envolvidos são os mesmos 12 que compõe a a OesteCIM, o que foi confirmado pelo edil. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO CÍVICO DE SANTA CRUZ: -----

----- O **Sr. Nuno Henriques** defendeu que se deveria começar a pensar para 2019/ 2020 ter uma sala/auditório onde ao longo do ano se pudessem realizar eventos, conferências, ou rentabilizar em termos de turismo, etc-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que já existe um projecto para construir um centro cívico nesta localidade, para o qual a autarquia precisa de arranjar 1,2 milhões de euros e de momento existem outras prioridades, mas será uma realidade assim que tiverem oportunidade. ----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TAXAS TURÍSTICAS: -----

----- O **Sr. Nuno Henriques**, reportando-se à noticia veiculada hoje na comunicação social, sobre a aplicação de taxas turísticas, solicitou que o executivo municipal desse garantias que não vai acontecer no concelho de Torres Vedras, neste mandato. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que era um assunto que eventualmente teriam que pensar.-----

----- O **Sr. António Carneiro** começou por dizer que é um defensor da aplicação desta taxa há 20 anos, mas trata-se de uma falsa questão no modo como o assunto que foi colocado e não quer que venham vir dizer que foi o governo do PS. -----

----- Lembrou que há países que isentaram os nacionais da taxa turística. Lisboa tem esta taxa em vigor mas o negócio nos hotéis não sofreu qualquer impacto negativo, sendo que o seu regulamento impõe que a receita seja consignada em reinvestimento no setor e foram feitas grandes recuperações urbanísticas com as receitas destas taxas. -----

----- A aplicação desta taxa tem que ser bem analisada e concordou com as palavras do edil quando diz que é um assunto a pensar e enquadrar devidamente. -----

----- O **Sr. Nuno Henriques**, respondeu que em Portugal esta taxa foi mal concebida, e não tem a ver com partidos políticos. No Porto há pessoas a pagar € 2,00 quando vão ao IPO, porque a taxa é cega. Quando vão em trabalho, pagam a taxa turística, sendo isso que quer acautelar. -----

----- A sua intervenção foi no sentido de quando se pensar aplicar a taxa turística, que se acautelem uma série de questões, tendo em conta que os exemplos que existem no país são maus. Pensa que será negativo neste mandato. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

URBANIZAÇÃO DA INFESTA: -----

----- O **Sr. Pedro Castelo**, deu nota que pela 4.^a vez vem sugerir a colocação de lombas redutoras de velocidade na urbanização em título, uma vez que nada foi feito e continuam a registar-se acidentes. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que depois de analisarem a área verificaram que não há condições para instalar lombas nesta via face à curva existente, e também pelo facto de existirem muitas residências, pensando no barulho que as lombas fazem. -----

----- Acima de tudo os condutores têm que cumprir a velocidade estipulada, podendo a câmara reforçar a sinalética. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

TRANSFORMA: -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** interveio no sentido de manifestar o seu desconhecimento com o que se passa com esta associação que tem as portas fechadas. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que se encontram numa fase de negociações para encontrar uma solução, dado que esta associação não conseguiu sobreviver à crise e está inactiva em termos de atividade. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

EXPOTORRES- FEIRA DE S. PEDRO: -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** informou que lhe chegou uma queixa de pessoas que por causa da feira

ficaram sem os lugares de estacionamento, lembrando que em anos anteriores chegou a haver uma suspensão temporária do regulamento de estacionamento nesta ocasião e questionou se a autarquia tem alguma medida pensada para este ano.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que não suspenderam o pagamento do estacionamento na altura da feira de S. Pedro, mas na altura do Carnaval. -----

---- Mais esclareceu que foi criada uma bolsa na margem esquerda do rio que está a ser utilizada, e assim conseguem gerir o estacionamento durante esse período.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROMOTORRES: -----

---- O **Sr. Pedro Castelo** disse ter tido conhecimento que tem havido maior fiscalização por parte desta empresa junto dos veículos que estacionam ilegalmente nas bolsas quer de residentes quer gerais.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse não ter informação sobre o assunto. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BIBLIOTECA MUNICIPAL:-----

---- A **Sra. Marta Galdes** lembrou que na sessão de 27 de fevereiro falou sobre a necessidade de alargar o horário da Biblioteca Municipal, tendo o edil dito que estava disposto a melhorar alguns aspectos.-----

---- Assim questionou se vão ser tomadas medidas, pois sabe que este equipamento tem estado superlotado diariamente, existindo queixas nesse sentido, uma vez que o horário praticado é curto.

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse não ter conhecimento de reclamações de utilizadores da Biblioteca, mas importa informar que estão no limite em termos de recursos humanos. Não têm margem para alargar o seu horário, que só pode ser assegurado por especialistas na área. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MUPIS:-----

---- A **Sra. Marta Galdes** deu nota que existem alguns mupis na cidade que dificultam a visibilidade dos condutores quando cruzam para algumas artérias, tendo tido conhecimento que estavam a ser renegociados os contratos e questionou qual o ponto de situação. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** solicitou que o membro informasse qual a localização dos mupis para dar nota aos serviços. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

---- Teve início o período da ordem do dia -----

1- PROPOSTA N.º 22/AM/2018 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: OESTE, QUE POSICIONAMENTO TURÍSTICO?-----

---- Presente requerimento do membro António Carneiro, que ao abrigo do art.º 11.º, no seu n.º 2

alínea c), do Regimento da Assembleia Municipal, solicita agendamento da proposta de recomendação, que se considera integralmente transcrita, informando que com a mesma pretende alertar esta Assembleia e em caso de aprovação as assembleias da área da OesteCIM, para o problema que coloca. -----

----- Propõe que a Assembleia Municipal de Torres Vedras delibere no sentido da aprovação desta recomendação, pugnado junto do Executivo Municipal e da OesteCIM por uma alteração legislativa que reponha o que deve ser o posicionamento do Oeste enquanto acesso à promoção internacional da marca Lisboa. -----

----- O **Sr. António Carneiro** que teceu algumas palavras sobre a recomendação, começando por lembrar que sensivelmente há 30 anos, o então presidente de câmara Alberto Avelino, delegou em si a representação do município de Torres Vedras para instalar o RTO, que ocorreu conjuntamente com uns presidentes de câmara, os quais entenderam, pela sua prestação, enquanto membro da comissão instaladora, convida-lo para presidente da RTO. -----

----- Tem clara noção do dever cumprido, foi metade da sua vida que deixou no turismo, pelo qual, é reconhecido a nível nacional. Em termos de turismo não precisa de provar nada, mas a questão que traz nesta recomendação atormenta-o há alguns tempos. -----

----- Lembrou que a alteração profundíssima que foi feita em conselho de ministros, em relação ao Oeste e outras regiões do país, foi feita à revelia do projecto lei que o então secretário de estado Mesquita Nunes enviou para Conselho de Ministros, e que foi alterado pelo ministro Miguel Relvas. -----

----- Fez notar que a marca Lisboa é hoje uma marca internacional prestigiadíssima e quando saiu da RTO, era membro da direcção da Agência Regional de Promoção de Turismo de Lisboa e tinham 700 sócios privados. -----

----- O turismo de Lisboa tem hoje um orçamento de quase da dimensão do Turismo de Portugal e começaram a trabalhar desde 98 sobre a marca Lisboa no sentido de ser criado um grande bolo financeiro que poderia ser alocado às ARPT desde que apresentassem projectos credíveis e eram comparticipados nalguns casos em mais de 50%. -----

----- Isso permitiu por exemplo, num ano ganhar o prémio do melhor destino golf do mundo. -----

----- Trabalharam desde 98 até 2012 como Lisboa e de repente, há uma “cambalhota” e passaram para o centro, quando a única área onde são centro é no turismo, que era aquela onde a marca é mais importante, porque em tudo o resto são Lisboa. -----

----- Explicou ainda que como Fátima pertence ao município de Ourem, que é Lisboa e Vale do Tejo, distrito de Santarém, todo aquele território, que iria por NUTT II para o centro, perderia a sua jóia da coroa, ou seja a parte norte de Leiria, pelo que colocaram o Oeste no centro. -----

----- Assim recomenda que a assembleia aprove no sentido de que possam transmitir às outras associações, às Assembleias municipais e NUTIII da Lezíria e Médio Tejo, que têm o mesmo

problema, para que sejam inseridos no espaço que lhes diz respeito, tendo presente que a marca Lisboa é a mais importante que existe no país.-----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** agradeceu a exposição proferida pelo colega, que reconhece como profundo conhecedor desde há longos anos na área do turismo, e tendo presente o documento distribuído que analisou com muita atenção, não vê nenhuma razão para que o Oeste, nesta área, não possam estar em Lisboa.-----

----- Disse concordar com o autor da recomendação e desconhecendo os motivos que levaram o ministro Miguel Relvas à mudança de decisão, gostaria de saber se o edil poderia influenciar qualquer reversão nesta matéria uma vez que já passaram 3, 4 anos em que o governo é PS.-----

----- O **Sr. Pedro Castelo** assinalou que o documento em discussão é importante, pois poderá ser um primeiro passo para algo que têm que mudar.-----

----- Pensa que a assembleia aprovará de forma inequívoca a proposta de recomendação, que desde já agradece, salientando a importância da câmara pegar no assunto e dar os próximos passos para lutar por algo que é deles por direito.-----

----- O **Sr. Nuno Henriques** disse que subscreve a recomendação pois Torres Vedras já perdeu muito por causa de questões administrativas, sendo necessário repor.-----

----- Assim, solicitou aos presidentes dos órgãos da autarquia para que dêem os passos necessários para levar esta recomendação a bom porto.-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** felicitou o membro António Carneiro, que é reconhecidamente especialista na área do turismo e que lhes dá uma lição de pedagogia e da forma como serenamente se podem reverter decisões, que não fazem sentido aos dias de hoje.-----

----- Fez notar que talvez este fórum não seja o mais indicado para reverter esta situação, mas o “caminho faz-se caminhando” e podem começar por aqui. Merece o voto favorável do TnL.-----

----- O **Sr. António Carneiro** congratulou-se pela leitura que os que os colegas fizeram.-----

----- Propôs que todos os grupos municipais, sensibilizassem os seus grupos parlamentares.-----

----- Pensa que a recomendação será um ponto de partida e a aprovação por unanimidade será um conforto que lhe dará um certo peso junto dos grupos parlamentares e da OesteCim.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a recomendação em título, e da mesma dar conhecimento às Assembleias Municipais do Oeste e às Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo e da Lezíria, bem como à Agência Regional de promoção Turística de Lisboa (ATL).

VOTO DE CONGRATULAÇÃO – “PRAIAS DE EXCELÊNCIA DE TORRES VEDRAS”-----

----- O Sr. Presidente de Junta da Silveira, **Luis Pedro Silva** apresentou, em nome do grupo municipal do PS, o seguinte voto, que se transcreve na íntegra:-----

----- “O litoral do concelho de Torres Vedras, com cerca de 20 quilómetros de extensão, é particularmente rico em características geo-ecológicas, apresentando um interessante perfil

costeiro, de praias rochosas e arenosas, arribas e dois importantes sistemas dunares. A diversidade do modelo costeiro é elevada e as comunidades de organismos existentes são consideráveis e ricas. -----

----- Ano após ano são visíveis as boas práticas no que à gestão das praias diz respeito. Este ano são 11 as praias com Bandeira Azul, símbolo da qualidade nas zonas balneares, 8 praias com o projeto Praia Acessível – Praia para Todos, que identifica condições para acolher utentes com mobilidade condicionada, 2 praias com o projeto Praia Saudável, que contribui para a segurança, qualidade e acessibilidade das praias. Além dos projetos são ainda realizadas campanhas anuais de monitorização da Qualidade das Areias das Praias. -----

----- O trabalho contínuo, que se tem verificado, levou ao reconhecimento mundial através do Galardão Quality Coast atribuído desde 2009, tendo sido um dos primeiros territórios nacionais a exhibir este galardão de abrangência europeia. Em 2011 foi atribuído ao município a distinção de ouro do Quality Coast, relativamente às áreas de ambiente e de identidade. Também o prémio “European Green Leaf”, em 2015, foi um forte reconhecimento do trabalho dos autarcas e dos técnicos locais e municipais no sentido de alcançar melhores resultados ambientais, sobretudo no que concerne à estratégia de mobilidade, esforço de preservação da biodiversidade e gestão da água. -----

----- O trabalho integrado e de excelência levou a que este ano Torres Vedras tenha sido reconhecido como o concelho português com mais praias sem poluição, com sete praias onde não foi detetado qualquer indício de poluição nas análises efetuadas às águas durante as últimas três épocas balneares. As praias do Amanhã, Centro, Física, Mirante, Navio, Pisão e Santa Helena são as praias torrienses que colocam o concelho no topo da classificação nacional. -----

----- A classificação é atribuída pela ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, que tem como base dados a Agência Portuguesa do Ambiente. Para alcançar o registo ZERO poluição, as praias têm de apresentar classificação “Excelente” ao longo das três últimas épocas balneares, assim como apresentar valores zero ou inferiores ao limite de deteção em todas as análises efetuadas aos dois parâmetros microbiológicos controlados e previstos na legislação. -----

----- Ao todo, 44 praias portuguesas apresentam o registo, traduzindo-se em mais 11 zonas balneares sem poluição do que no ano passado. À agência Lusa o presidente da associação ZERO, Francisco Ferreira, disse que "É um número significativo, representa cerca de 7% do total das 608 zonas balneares em funcionamento este ano. (...) Os concelhos com maior número de praias com zero poluição são Torres Vedras, com sete, Grândola, com quatro, Aljezur e Tavira com três cada um". -----

----- O grupo municipal do PS reconhece e saúda todos os envolvidos que colocaram as praias torrienses no topo da qualidade, conferindo aos munícipes mais e melhor qualidade de vida, uma

das grandes prioridades do Partido Socialista de Torres Vedras.-----
----- 15/06/2018” -----
----- Pediu a palavra o deputado municipal **Nuno Henriques** manifestando o seu contentamento por este voto que foi feito às praias do concelho. -----
----- Aproveitou para sugerir que a autarquia providencie no sentido de colocar equipamentos para se poder fazer exercício físico junto às praias, em todas as estações do ano, direcionado aos jovens e seniores. -----
----- A **Sra. Rita Sammer** também manifestou o seu apreço por esta notícia que engrandece o concelho de Torres Vedras e realçou o trabalho da câmara municipal, juntas da Silveira e A-dos-Cunhados e Maceira, assim como o trabalho de todos os técnicos camarários que levaram a estes resultados. -----
----- Pensa que seria interessante que o voto fosse unanime, sugerindo que não se referisse tão expressamente ao trabalho do PS, o que teve a anuência dos proponentes.-----
----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, o voto de congratulação em título, passando a redação do último parágrafo a ser a seguinte: “A Assembleia Municipal reconhece e saúda todos os envolvidos que colocaram as praias torrienses no topo da qualidade, conferindo aos munícipes mais e melhor qualidade de vida.” -----

2 - PROPOSTA N.º 23/AM/2018 - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----

----- Presente informação referente à atividade do município de 19 de abril a 8 de junho de 2018 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 06.06.2018 é de € 968.926,69 e o saldo de tesouraria € 5.852.183,14.-----
----- O **Sr. Sérgio Jacinto** deixou uma palavra de apreço ao Presidente da Assembleia, pela distribuição do regimento, que permite uma melhoria qualitativa na forma como membros podem desenvolver o seu trabalho e ter conhecimento das regras que os regem.-----
----- No que se refere ao documento em discussão deteve-se na assinatura do Contrato Local de Segurança solicitando detalhes sobre o mesmo.-----
----- O **Sr. Nuno Henriques** começou por dizer que a informação em discussão devia ser um pouco mais completa. Referiu-se ao seu ponto 6 “comitiva torriense de visita a cidade brasileira de Araraquara,” sobre o qual era importante saber as datas e quem representou o município. -----
----- No que se refere ao documento em apreço a **Sra. Rita Sammer** remeteu para o art.º 41.º do regimento que especifica o que é pedido nesta informação escrita, fazendo uma referência à alínea a) e b) no sentido de se conseguir alguma informação substantiva.-----
----- De seguida referiu-se à alínea h) do ponto 10, que informa sobre a realização da 29.º edição

da Grande Festa Oeste Infantil, congratulando a câmara pelo sucesso, estendendo os parabéns aos participantes.-----

---- Em matéria ambiental questionou se o edil tem mais alguma informação sobre a interdição da Praia do Navio a banhos e a desportos náuticos, na sequência de estarem a dar à costa restos do navio encalhado. -----

---- Por último e reportando-se à resposta do edil no período antes da ordem do dia sobre a Biblioteca, disse que a ausência de reclamações, não significa que não haja oportunidades de melhoria que a câmara deva abraçar.-----

---- Lembrou que começou na segunda-feira a segunda fase dos exames nacionais, e têm centenas de alunos de todo o concelho que se juntam nestes dias para estudar, e seria uma medida muito valorizada, sugerindo a possibilidade de estender o horário da Biblioteca Municipal. -

---- O **Sr. Luís Carlos Lopes** deu nota que hoje chegou ao seu conhecimento fotos, que mostram descarga de águas de lavagens de veículos no Centro Operacional Municipal, em Paúl, que vão directamente para a regueira, o que não lhe parece que seja um bom exemplo por parte do município. -----

---- Relativamente ao alerta sobre a poluição da vala no parque verde da Várzea, feita na última sessão, lembrou que o edil disse que foi descoberta a fonte poluidora, mas o problema não foi resolvido e as águas estão desagradáveis o que devia ser tido em consideração.-----

---- O Presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** reportou-se a obras que são feitas no solo, pelas empresas de gás, Águas do Oeste, PT, etc, para dizer que desconhece se a câmara tem conhecimento quando iniciam os trabalhos e era importante que a freguesia pudesse ter um contacto direto e rápido dos responsáveis, por causa dos estragos que causam aos moradores, que reclamam directamente à junta. -----

---- Aproveitou para questionar quando é que a Urbanização de Gibraltar “Vilas Sol” é intervencionada, uma vez que os seus moradores ligam à junta para saber quando é feita limpeza.

---- Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que começou por endereçar a questão colocada sobre o contrato local de segurança, informando que estão a fazer um levantamento do estado da arte com os vários departamentos do estado envolvidos no mesmo, para ter todos os indicadores e depois avançar com medidas.-----

---- No que se refere à questão do deputado municipal Nuno Henriques deu nota que na documentação distribuída há um anexo com as notícias, onde consta essa informação, que também se encontra disponível no site. -----

---- Quanto à questão da Rita Sammer, no que se refere a informar a assembleia sobre atividade desenvolvida pela Câmara, e outras entidades empresariais informou que trata-se da SEFO e da CAERO e iriam proceder em conformidade.-----

----- Sobre a Praia do Navio esclareceu que está interdita durante mais algum tempo por questões de segurança e irão retirar o material que está visível. Está devidamente sinalizada. Estão expectantes que a natureza atue e que fique novamente submerso de areia, já que se trata do maior aparecimento dos últimos anos.-----

----- No tocante à Biblioteca, deu nota que a vereadora do setor irá aferir junto dos serviços se há margem para o pretendido.-----

----- Solicitou que o deputado municipal Luis Carlos Lopes lhe disponibilizasse as fotos, para analisar a situação que aludiu, uma vez pode ter a ver com o facto de ainda faltar fazer a ligação de um dos ramais ao sistema.-----

----- Relativamente à Vala do Alpilhão, informou que esteve lá a semana passada e a água estava límpida, mas estão sempre atentos às alterações.-----

----- No que respeita à intervenção do autarca da Ponte do Rol informou que ao abrigo do regulamento municipal em vigor essas entidades têm que ter licenciamento para abrir valas, e quanto ao loteamento, disse estarem perante uma insolvência, e esta urbanização ainda não passou para o domínio da autarquia. Têm vindo a gerir, já tendo notificado os proprietários dos lotes e a fazer limpeza para minimizar a situação.-----

----- O **Sr. Nuno Henriques** fez notar que a informação escrita do edil, mais do que uma atitude política, é uma marca que ficará para as gerações futuras e devia precisar a natureza da comitiva, ou da representação.-----

----- O **Sr. Luis Carlos Lopes** solicitou que o edil precisasse se a responsabilidade pela poluição na Vala do Alpilhão é pública ou da Câmara Municipal.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que iriam rectificar a informação solicitada pelo deputado municipal Nuno Henriques e quanto à poluição a responsabilidade não é do município, mas de um privado. Fizeram alguns testes ao sistema e detectaram a fonte poluidora que se localiza a caminho do Barro, mas estão a monitorizar semanalmente.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **2.1 – INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:**-----

PROPOSTA N.º 20/AM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DE LISTAGEM DOS CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO REVOGADOS E CELEBRADOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 09/11/2017;-----

----- Presente ofício número 3897 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de abril de 2018, a remeter listagens dos últimos dos contratos interadministrativos de delegação de competências e dos acordos de execução celebrados ao abrigo da autorização genérica da assembleia municipal de 09/11/2017.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROPOSTA N.º 21/AM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIA DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO:-----

----- Presente ofício número 4534, de 08/05/2018 referente à cedência das seguintes parcelas:-----

----- 1 – Processo D4/10/2018 – Requerimento n.º D4/1785/2018 – Antero Santos Afonso - parcela de terreno, situada em Vale de Janelas, Póvoa de Penafirme, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 317,20m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3954, da mesma freguesia, e participado na respetiva matriz predial rústica, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), destinada ao alargamento da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.586,00.-----

----- Nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI, o valor patrimonial do prédio passa a ser de € 1.590,00. -----

----- 2 – Processo D4/11/2018 – Requerimento n.º D4/1858/2018 – Martinho da Silva Santos - parcela de terreno, situada em Casal das Lameiras, Freguesia de Freiria, com a área de 438,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2526, da mesma freguesia, e participado na respetiva matriz predial sob o art.º 1164, destinada a via pública denominada Rua Casal das Lameiras, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.190,00. -----

----- 3 – Processo CS/3/2018 – Requerimento n.º CS/1590/2018 – Maria Teresa Santos Agostinho Vasa - parcelas de terreno, abaixo descritas, situadas na Rua da Madalena, em Casal Novo do Hilarião, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães: -----

----- Parcela “E” com a área de 90,50m²; Parcela “F” com a área de 200,00m². -----

----- As referidas parcelas, com um total de 290,50m², a retirar do prédio rústico omissa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 4201, da Freguesia de São Pedro e Santiago (extinta), destinadas a integrar o arruamento público, e às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.452,50. -----

----- Nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI, o valor patrimonial do prédio passa a ser de € 1.460,00. -----

----- 4 – Processo CS/21/2017 – Requerimento n.º CS/2192/2018 – Paulo Jorge Reis Santos - parcela de terreno, situada em Vale Rosas ou Custas, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 515,00m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o art.º 75 da Secção “F”, da mesma freguesia, e participado na respetiva matriz predial, destinada ao traçado da Estrada Circular (Caminho Municipal n.º 2011-1), e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.575,00. -----

----- Presente ofício número 5914 de 1 de junho de 2018, referente à seguinte cedência:-----

----- Processo CS/4/2018 – Requerimento n.º CS/1706/2018 – Joaquim António Martins Henriques - parcela de terreno, situada na Rua Principal do Brejo, em Campelos, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 957,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2551, da Freguesia de Campelos (extinta), destinada ao domínio público, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 4.785,00. -----

----- Nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI, o valor patrimonial do prédio passa a ser de € 4.790,00. -----

----- Presente ofício número 6411, de 14/06/2018 referente à seguinte cedência:-----

----- Processo D4/16/2018 – Requerimento n.º D4/2459/2018 – Carlos Alberto da Silva Firmino - parcela de terreno, situada na Rua da Associação, em Varatojo, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, com a área de 14,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1829, da Freguesia de São Pedro e Santiago (extinta), destinada ao domínio público, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 70,00. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 – PROPOSTA N.º 44/CM/2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS REFERENTE AO ANO DE 2017;-----

----- Presente ofício número 6432, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 15 de junho, a remeter os documentos em título, de acordo com a deliberação tomada pelo Executivo em 12/06/2018. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a aprovação das contas consolidadas pela Assembleia Municipal decorre do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei 73/2013 de 3/09) que determina que os municípios apresentam contas consolidadas com entidades detidas e participadas, o que permite uma visão global e integrada e completa da situação económico-financeira do grupo municipal (Câmara, Promotorres e SMAS). -----

----- Assim, salientou que em relação a 2016 verificou-se um aumento nos proveitos em €1.247.145,35, assim como nas “Transferências e Subsídios Obtidos” no valor de €906.262,47, e nas “Vendas e Prestação de Serviços” no valor de €394.658,35. Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumíveis aumentaram em € 802.093,74, -----

----- Salientou ainda que no ativo, o Balanço Consolidado do grupo municipal em apreço evidencia um acréscimo de € 6.010.712,44. -----

----- Nas dívidas a terceiros são relevados sobretudo valores referentes a candidaturas autárquicas que são superiores aos valores de 2016. Salientou ainda uma diminuição no passivo comparativamente com o ano anterior, e indicadores de solvabilidade que permitem autonomia

financeira e confortáveis para a gestão. -----

---- Por último deu nota que as reservas dos auditores prendem-se com o facto de o processo de inventariação dos imóveis de domínio público do município ainda não permitir a plena avaliação dos registos contabilísticos, o que pensam regularizar em 2019. -----

---- O **Sr. Luís Carlos Lopes** lembrou que parte destas contas já passaram pela assembleia municipal, com exceção das contas da Promotorres que não foram analisadas. Os documentos agora disponibilizados demonstram que esta empresa está, cada vez mais, consolidada com a Câmara Municipal. -----

---- Relevou o facto de o edil dizer que vai ter em consideração o parecer do ROC, que procedeu à reavaliação de diversos terrenos tendo reconhecido uma reserva de reavaliação no montante de €337.770,00. -----

---- No que se refere à atividade da Promotorres, deu nota que o Carnaval de Torres Vedras registou mais entradas e teve resultado positivo, e não têm reservas quanto à Feira de S. Pedro, o Befashion, Carnaval de Verão e a Festa das Vindimas. -----

---- Relativamente ao Mercado Municipal, deu nota que passados 7/8 anos da sua inauguração têm 25% das bancas e estabelecimentos por alocar, o que considera uma situação problemática. Em cerca de 20 lojas, 8 estão vazias e em 51 bancas, 11 estão vazias, ou seja em 70 estabelecimentos, 19 estão devolutos. Urge fazer algo mais não apenas pela questão financeira, mas a nível de conceito. -----

---- Deu nota que também a Feira Rural está a passar o seu auge. -----

---- Com a consideração que estas contas também derivam muito do saldo positivo dos impostos, deixam a introspecção sobre a Promotores e o que querem para o mercado municipal, que dá prejuízo, mas o PSD nada tem a opor. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que deu indicações aos serviços para remeter os documentos previsionais e as contas de 2017 da Promotores, à Assembleia Municipal.

---- Disse que o deputado municipal evocou e bem a questão do mercado municipal, informado que os serviços estão trabalhar num projecto, para em 2019, dar uma nova vida a este equipamento, tendo a consciência que necessitam de ser revitalizados ao fim de alguns anos. -----

---- O mesmo se passa com a Feira Rural cujo ciclo de vida também está a chegar ao fim. Começaram o processo de regeneração levando-a para Santa Cruz, num trabalho conjunto com a junta de freguesia e os operadores de Santa Cruz, obtendo resultados positivos. -----

---- Neste âmbito já solicitaram orçamentos para dar uma nova imagem às bancas e implementaram um espaço chamado “Quinta Rural” associado à Feira Rural, na Praça Machado Santos, introduzindo novos elementos. -----

---- Deu nota ainda que estão a aprofundar um trabalho que estão a fazer com o município de

Idanha, na área das bioregiões com vista à agricultura biológica, sendo este um dos segmentos que querem implementar na feira rural -----

----- No que se refere à mobilidade informou que estão a trabalhar na alteração do regulamento de cargas e descargas onde a Promotorres também tem um papel importante. -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** disse ter algumas dúvidas quanto às reservas do ROC. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que estava presente a **Chefe de Divisão Financeira**, que devidamente autorizada, esclareceu que a reserva se prende com o sistema permanente de gestão de stocks, que foi recentemente implementado no município e os auditores ainda não conseguiram efectuar o acompanhamento completo das contagens físicas do inventário de armazém principalmente no que se refere à brita e tout-venant, e recusam-se a retirar a reserva enquanto isso não acontecer. A resolução do problema pode passar pela aquisição de uma balança, na certeza que é um investimento bastante elevado mas a ponderar no futuro. -----

----- A Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 e dos artigos número 1 e 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, ambas na sua atual redação, deliberou por maioria de 28 votos a favor e 10 abstenções, aprovar a Prestação de Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras referente ao ano de 2017. -----

----- Anotar-se que se abstiveram os membros do CDS-PP, BE, TnL e os membros do PSD, Rita Sammer, Vitor Fernandes, Dina Almeida, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês e Nuno Henriques. ---

4 – PROPOSTA N.º 24/AM/2018 - APRECIACÃO SOBRE O RELATÓRIO DE 2017, PELOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ;----

----- Presente ofício número 87/18, da CPCJ, datado de 26/02/2018, a remeter o relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras de 2017. -----

----- Presente também uma apreciação ao mesmo, elaborado pelo grupo de cidadãos eleitos nomeados pela Assembleia Municipal para a Comissão Alargada, Ana Fiéis, Paulo Valentim, Ana Paula Mota e Bianca Emiliano, que a seguir se transcreve: -----

----- “Apreciação ao Relatório Anual 2017 da CPCJ de Torres Vedras.-----

----- Da leitura do relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, parte 1 — Inquérito submetido eletronicamente à CNPCJR, salientamos: -----

----- Na composição da comissão alargada existem 2 entidades sem representação, Associações de Pais e Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas; -----

----- É referido como constrangimento na articulação com as entidades com competência em matéria de infância e juventude a “pouca celeridade na resposta aos pedidos de colaboração por parte de entidades”; -----

----- No relatório refere no ter sido utilizado fundo de maneiio, mas na “Apresentação dos dados comparativos relativos aos anos 2016 e 2017” fornecidos pela comissão restrita consta apoio

económico no valor de 468,00 €; -----

---- É mencionado que a articulação com a Comissão Nacional é satisfatória (3 numa escala de 0 a 5), a qual “responde e clarifica todas as questões colocadas pelos técnicos. Por outro lado, falta algum acompanhamento mais próximo (formação e acompanhamento local).”; -----

---- A formação proposta pela CNPDPCJ é considerada insuficiente; -----

---- É mencionado que é importante a Comissão Nacional e as Equipas de Coordenação Regional promoverem um acompanhamento presencial às comissões; -----

---- Que há a necessidade de modernizar a plataforma informática de forma a dar resposta às necessidades práticas de gesto dos processos; -----

---- O relatório de atividades produzido deverá ter uma estrutura que permita uma leitura mais perceptível dos dados, principalmente para os parceiros da alargada e parceiros externos (concordamos plenamente com esta observação); -----

---- Dos relatórios extraídos da aplicação consideramos importante: -----

---- Durante o ano de 2017 houve uma entrada total de 320 processos, permanecendo 142 ativos; -----

---- Faixa etária com mais processos: 11-14 anos; -----

---- Entidade mais sinalizações foi o Ministério Público; -----

---- Problemática mais sinalizada: Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar..., seguido da Violência Doméstica; -----

---- Medida definitiva mais aplicada foi o Apoio junto dos pais. -----

---- Da análise comparativa com o ano anterior observamos: -----

---- Um aumento de processos de 307 para 320; -----

---- Na distribuição etária dos processos instaurados houve um aumento com algum significado no escalão etário 11-14 anos de 48 para 63; e uma diminuição também com significado no escalão etário 0-5 anos; -----

---- Nas entidades sinalizadoras houve um aumento significativo de casos sinalizados por parte da Autoridade Policial, registando-se uma diminuição significativa dos casos sinalizados por parte de Anónimos e Estabelecimentos de Saúde; -----

---- Nos processos instaurados, quanto às problemáticas sinalizadas a “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar...” teve um aumento de casos perto do dobro; -----

---- O grupo de cidadãos eleitos nomeados pela Assembleia Municipal de Torres Vedras para a Comissão Alargada da CPCJ de Torres Vedras considera: -----

---- 1- Não possuir mecanismos qualitativos para outras considerações sobre o relatório apresentado pela CPCJ de Torres Vedras à Comissão Nacional (As comissões de proteção são acompanhadas, apoiadas e avaladas pela Comissão Nacional). -----

-----2 - Achamos importante ter à disposição mais elementos que possibilitem ter um melhor conhecimento das problemáticas presentes no nosso concelho. -----

----- Torres Vedras, 6 de junho de 2018” -----

----- A **Sra. Rita Sammer** disse que o que sobressai deste relatório é alguma escassez de informação que estes cidadãos parecem conseguir obter, tal como está expresso nos seus considerandos.-----

----- Questionou se há algum desenvolvimento relativamente à presidência da CPCJ de Torres Vedras.-----

----- A **Sra. Susana Neves** fez notar que voltam a estar perante um relatório padrão, rígido, com um esquema de preenchimento e de avaliação extremamente insuficiente sob a égide de uma comissão nacional que teima em não fazer alterações. -----

----- Assim dirigiu-se à comissão alargada solicitando que faça pressão junto da presidente da CPCJTV no sentido de enviar pedido de alteração e modernização deste instrumento, à comissão nacional, porque ano após ano não há acréscimo de informação qualitativa. -----

----- Realçou que em 2016 o número de casos sinalizados tinha baixado e volta a aumentar em 2017. Disse que não estão identificadas medidas de prevenção, modelos sociais de intervenção, indicadores na base de uma alta e problemáticas que levam à reabertura dos processos. -----

----- Também regista uma alteração no grupo alvo, pouca transparência na problemática mais comum e que, a violência doméstica, volta a repetir-se como uma problemática presente e novamente em grande número. -----

----- Questionou quais as práticas de intervenção do Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vitima quando é acionado. Manifestou também algumas dúvidas quanto ao facto do relatório informar como medida interventiva mais aplicada o apoio aos pais. -----

----- Disse também que não espelha a problemática por freguesias, por territórios e realidades diferentes, que exigirem práticas e intervenções diferentes e ajustadas.-----

----- Por último solicitou que a ata desta sessão fosse enviada à CPCJ de Torres Vedras, tendo presente as considerações feitas.-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** em nome do TnL, manifestou sua preocupação pelo facto de numa comissão de proteção de jovens, não estarem representadas as associações de pais, sendo matéria de reflexão e de se questionarem como pode desenvolver o seu trabalho. -----

----- **Sr. Nuno Henriques** subscreveu na íntegra a intervenção da deputada municipal Susana Neves, no entendimento de que são estas as preocupações sociais que devem ter.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** concordou com a metodologia sugerida, mas lembrou que a informação disponibilizada através da plataforma está de acordo com a legislação em vigor.

----- Informou que a Sra. Presidente da CPCJ foi eleita por mais dois anos, representa o Ministério

de Educação, a quem a assembleia poderá pedir esclarecimentos. -----
---- Foi dada a palavra ao **Sr. Paulo Valentim**, que na qualidade representante dos cidadãos eleitores designados pela assembleia na comissão alargada, realçou que não há mecanismos para saber se as CPCJs trabalham bem ou não. -----
---- Acrescentou que não lhes compete fazer essa avaliação, mas gostariam de ter mais conhecimento sobre o seu funcionamento. Salientou que no relatório da CPCJ nacional, há um plasmar de resultados mas não há avaliação às comissões locais. -----
---- Por último disse que já tentaram obter informações sobre o que se passa no concelho, a nível de cada freguesia junto da comissão restrita, sem sucesso. -----
---- A **Sra. Teresa Oliveira** que já fez parte da comissão alargada, confirmou que não há possibilidade de ter mais informação do que a disponibilizada no relatório em análise, e lembrou que já por diversas vezes sugeriu que a CPCJ pudesse estar representada na Assembleia o que seria o ideal para poderem ser esclarecidos. -----
---- O **Sr. Presidente da Mesa** assentiu que podiam analisar esta sugestão no seio da comissão permanente de líderes, mas lembrou que no mandato anterior fizeram uma reunião com a CPCJ que não correspondeu aos objetivos em vista. -----
---- O **Sr. João Pedro Gomes** secundou as intervenções anteriores, e tendo em conta o parco acesso que têm à informação, os membros da comissão alargada não podem fazer mais. -----
---- Assim disse que era importante manifestar junto da CPCJ essa necessidade premente e sugeriu que a comissão restrita pudesse reunir com a assembleia municipal. -----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----
---- 5 - Relatórios de Saúde -----

5.1 - PROPOSTA N.º 25/AM/2018 - COMISSÃO EVENTUAL DE SAÚDE; -----

---- Presente relatório da comissão em título, que se considera integralmente transcrito. -----
---- A **Sra. Susana Neves** reportou-se ao relatório em discussão no sentido de alertar que as questões (anexo XX) que foram colocadas ao Diretor do Aces Oeste Sul relativamente aos projetos que tem em desenvolvimento, não foram respondidas (anexo XXX) directamente em termos concretos. -----
---- Assim, no âmbito do projeto de Saúde Oral para os Cuidados de Saúde Primários (SOCSP), gostaria de saber quais os critérios de referenciação e se engloba algum critério económico limitativo, número de beneficiários torrienses já atingidos, tempo de espera e para quando a igual resposta no Centro de Saúde de Torres Vedras ou em alguma extensão de saúde; -----
---- Na consulta de Cessação Tabágica questionou qual o número de utentes abrangidos e se existe alguma parceria com a igual consulta no CHO; -----
---- Ao nível dos rastreios do Colo do Útero, questionou se esta já não constitui uma prática em

algumas extensões de saúde no Concelho de Torres Vedras. Em caso afirmativo quais extensões e qual o número de rastreios, e ainda qual a razão para que sejam realizados no Centro Hospitalar Lisboa Norte e qual a possibilidade dos mesmos serem realizados numa parceria com o CHO ou outras entidades de saúde em Torres Vedras, ao abrigo da Rede Social, por exemplo.-----

----- Questionou também como é realizada a deslocação dos utentes em contexto de insuficiência económica ou de incapacidade acima dos 60%. -----

----- Por último inquiriu o Sr. Presidente da Câmara se o projeto das academias de mobilidade do ACES, já estão integradas com o projecto municipal «Mexa-se para a Saúde».-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa**, disse que transmitira ao Diretor do Aces Oeste Sul as questões em causa, de modo a obter resposta para as mesmas. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** desde logo realçou o impulso do Presidente da Assembleia Municipal no funcionamento da própria comissão, que tem sido capaz de mobilizar os restantes elementos no sentido de encontrar as melhores respostas para este problema. O relatório dá conta de todas as *démarches* que foram feitas. -----

----- Reportou-se ao ofício (anexo XXVI) sobre a possibilidade de colaboração da Santa Casa da Misericórdia com o SNS na prestação de cuidados médicos à população, com a contratação de médicos de medicina geral e familiar para referir que, no entanto, hoje sabem que os esforços para conseguir médicos, foi infrutífera, o problema permanece, e as respostas que obtiveram da tutela não foram satisfatórias. -----

----- No que se refere à permuta de imóveis entre o Estado e a Santa Casa da Misericórdia, a nível hospitalar, estranhou a informação de que foi dada indicação pelo ministro da saúde para a ARSLVT proceder à minuta do contrato até ao final de junho, quando o provedor lhes disse que tinha recusado. -----

----- Assim permanece a questão do hospital do Barro pelo que a comissão ainda tem problemas para resolver e irá continuar a procurar respostas. -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** lembrou que a comissão tomou posse no dia 19 de novembro último, começando imediatamente a trabalhar. Fez suas as palavras da colega que o antecedeu pois o presidente da mesa tem sido um exemplo e todos podem testemunhar o seu empenho mas acima de tudo sua independência na procura exaustiva de soluções. -----

----- Lembrou que andam a escrever cartas ao Aces Oeste Sul, tiveram reuniões, mas as respostas demoram, não são conclusivas e não se vêem prazos para o que são os anseios dos torrienses. --

----- Como membro da comissão disse não saber o que podem fazer mais. Espera que o governo do PS resolva este problema assim como resolveu o problema da escola da Freiria. -----

----- O deputado municipal **Nuno Henriques** deu nota de alguns problemas organizacionais registados com um utente do Centro de Saúde da Silveira, a nível de atendimento dos serviços

administrativos, no sentido de deixar como testemunho que por vezes não são só questões médicas, mas são também funcionais, legislativas e administrativas. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dar os seus parabéns à Assembleia Municipal e aos membros da comissão pelo trabalho desenvolvido, e por, em sintonia, terem tentado encontrar soluções para a resolução do problema. -----

----- Em função do relatório em discussão, têm que continuar a lutar para ter um Serviço Nacional de Saúde de excelência no concelho.-----

----- Aproveitou para dar nota que estão a trabalhar no sentido de ter uma ação concertada com o ACES Oeste Sul, e a Área de Atividade Física do município, no que se refere à Academia da Mobilidade e ao Programa Mexa-se. -----

----- Manifestou a sua surpresa com as declarações da deputada municipal Rita Sammer no que se refere à tomada de posição do provedor da Santa Casa da Misericórdia, quanto à permuta, pois foi-lhe manifestada disponibilidade para tal.-----

----- Assegurou que no dia seguinte iria indagar sobre esta questão, porque se assim for terão que tomar outras posições sobre esta matéria. -----

----- Deu nota ainda que estão expectantes que o ACES Oeste Sul poderá contar com mais médicos de família, após a colocação dos médicos que irão sair da formação e vão ser integrados a nível nacional. -----

----- Lembrou que o atual director do ACES Oeste sul recebeu o concelho de Torres Vedras com 30 mil utentes sem médico de família e hoje são só 12 mil, fruto do trabalho conjunto que tem sido desenvolvido.-----

----- Por último informou que receberam indicações para avançar com os projetos para os centros de saúde de Runa e Ramalhal e para o centro histórico da cidade. As obras na unidade de saúde da Ventosa começam no próximo dia 2, sendo estes mais uns passos no sentido de terem uma rede de cuidados primários em todo o território.-----

----- Assegurou que não vão baixar a guarda e vão continuar com este empenho para tentar alcançar os objetivos que citou. -----

----- No que se refere à intervenção do deputado Nuno Henriques disse que também há centros de saúde que fazem um bom atendimento.-----

----- O Presidente de junta de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** interveio no sentido de dar nota que em maio foi adjudicada uma enfermeira efectiva ao Polo da Ponte do Rol que recusou entrar em funções se não tivesse uma auxiliar. A Junta de Freguesia, após estarem quase dois meses sem enfermeira, resolveu o problema contratando uma auxiliar. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Anota-se que todas as votações foram efectuadas no final da reunião e estava ausente o

membro António Martins Moreira.-----

-----Tendo sido ultrapassada a hora regimental para o encerramento da sessão e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 20 de junho pelas 21.00h, em conformidade com a convocatória e edital respetivos.-----

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JUNHO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 19 DE JUNHO DE 2018:-----

-----Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Susana Maria Ribeiro das Neves, Vítor José dos Santos Fernandes, António Carlos Nunes Carneiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Renata Filipa S.R. Nunes Simões, Rui José Prudêncio, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Maria Teresa Lopes de Oliveira, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria Leonor Marques Marinheiro, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Ana Paula Santos Mota, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Manuel Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Paulo Dinis Faustino Valentim, Ana Isabel Marques Fiéis.-----

-----Faltaram os membros Jacinto António Franco Leandro, Francisco Cruz Branco da Silva, Maria Manuela H. Silva Pacheco e João Francisco Mota Tomaz.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Maria João Pinho Ribeiro-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** deu início aos trabalhos, informando que em substituição de Maria Manuela Pacheco e de Rita Sammer estão presentes, Paulo Valentim e Ana Isabel Marques Fiéis respectivamente.-----

5.2 - PROPOSTA N.º 26/AM/2018 - CONSELHO CONSULTIVO DO CHO – INFORMAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;-----

----- Presente relatório do representante da assembleia municipal no conselho em título, de 14 de junho, que se considera integralmente reproduzido, a quem foi dada a palavra.-----

----- O deputado municipal **Rui Prudêncio**, fez uma breve apresentação do documento em apreço, a qual resultou das informações prestadas na reunião do conselho consultivo que teve lugar no dia 29 de maio no Polo de Peniche, com três pontos entre os quais, a aprovação do relatório de prestação de contas e actividades do CHOOeste de 2017 e a análise da situação da alteração do enquadramento jurídico resultante da passagem de APA para EPE. -----

----- Chamou a atenção para os considerandos finais do relatório e deixou como nota preocupante o facto do número de primeiras consultas ter tido um decréscimo substancial em 2017, na ordem das 2700 consultas, assim como os tempos médios de espera, que também decresceu ligeiramente, talvez o resultado do não acesso aos cuidados. -----

----- Também salientou que desde que a maternidade passou em 2013 para Caldas da Rainha, que o número de partos realizados no CHO tem vindo a decrescer. Pela primeira vez este número está abaixo limite indicado pela Ordem dos Médicos, para Torres Vedras ter esta especialidade, ou seja 1200 partos por ano, lembrando que já em 2017 totalizaram 1196, o que também os deve preocupar, uma vez que a diminuição não se verifica a nível das consultas. -----

----- Por último disse ainda com a passagem de SPA a EPE, o CHO terá capital social inicial de €7.000.000,00 que será incorporado nas contas de 2018 e pensa que estão criadas condições para politicamente, iniciar a discussão no sentido apostar na centralização dos cuidados de saúde hospitalar na região Oeste, numa única infraestrutura. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que o resultado da reunião do conselho consultivo não lhes trouxe boas notícias e tem pena que o deputado municipal Rui Prudêncio tenha feito apenas um diagnóstico, de uma situação que é do conhecimento de todos, pois todos sabem que a saúde vai mal. Gostaria que hoje tivesse tido um papel mais ativo. -----

----- Espera que o edil já tenha respostas sobre as questões relacionadas com Santa Casa da Misericórdia colocadas na reunião do dia anterior, no que se refere à permuta e aos médicos de família. -----

----- O **Sr. Rui Prudêncio** disse que não está tudo bem, e o colega devia ter visto as considerações finais onde aponta erros que considera muito graves e que têm que ser corrigidos. -

----- Assumiu o papel que lhe foi conferido pela assembleia, representando-a no conselho consultivo e está disponível para falar sobre o CHO. -----

----- A **Sra. Susana Neves** parabernizou o excelente trabalho do colega de bancada e embora condicionada à informação que o conselho consultivo do CHO disponibiliza, gostaria de lhe deixar algumas questões para levar para a próxima reunião deste conselho. -----

----- Assim questionou sobre os dias de internamento, qual o número e percentagem de internamento por protelamento social, ou seja doentes com alta clínica, mas sem alta social, nomeadamente doentes que estão a ocupar camas a aguardar resposta de entrada em unidades

de cuidados integrados. -----

---- Também não é verificável pela informação, a articulação da equipa de gestão de altas com a rede de cuidados continuados integrados ou seja, número de referenciações e para que tipologias de cuidados, e o tempo de espera das consultas subsequentes é flagrante. -----

---- Questionou também o acompanhamento atempado do diagnóstico e das cobrabilidades clínicas, bem como um bom controlo sintomático, que no fundo é prevenir e evolução das doenças, e que leva a menos gasto na saúde. -----

---- Inquiriu ainda sobre as respostas dos vales SIGIC e o número de cirurgias realizadas, dado a informação que houve uma diminuição de cirurgias. -----

---- Por último inquiriu quais as especialidades que têm o maior tempo de espera. -----

---- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que é de valorizar o relatório que foi feito pelo colega Rui Prudêncio, cujas conclusões são óbvias já que a dispersão por três centros hospitalares não trouxe nada de bom e é necessário que se construa um novo hospital, seja onde for, mas que poderá demorar alguns anos. -----

---- Disse ainda que o CHO, com as condições que possui não funciona, e não tem a ver com governos mas com má opção política, que cabe ao Oeste inverter.-----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto**, realçou o trabalho dos profissionais de saúde do CHO que fazem o seu melhor em condições que não são as melhores.-----

---- O que se passa a nível do CHO, concretamente do Hospital de Torres Vedras, são essencialmente problemas de natureza física, as instalações são exíguas, têm vindo a ser feitas obras de acrescento, mas nunca foi feita uma obra de raiz.-----

---- Acrescentou que estão todos expectantes para ouvir as notícias que o Presidente da Câmara lhes vai trazer sobre a reunião que teve com o provedor da Santa Casa, para verem de que forma poderão ter futuro nas instalações de Torres Vedras. -----

---- Disse que não é alheio a toda esta crise na saúde torriense, o facto de terem nos últimos anos a proliferação de várias unidades de saúde privada, duas das quais de grande dimensão e uma delas já está em obras de ampliação.-----

---- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que começou dar os parabéns ao deputado municipal autor do relatório em apreço, pelo trabalho desenvolvido que permite aferir o estado da arte do CHO, que tem as debilidades que são do conhecimento de todos.-----

---- Referenciou a extrema importância de haver um consenso político relativamente à construção de um futuro novo hospital para toda a região. -----

---- Entende que o hospital é uma infraestrutura fundamental para o Oeste e Torres Vedras em particular, e julga que estão criadas as condições políticas, para que, de uma vez por todas,

possam dizer aos governantes que precisam de um novo hospital.-----

---- No entanto tem a consciência que isso demorará no mínimo uma década e meia, e como tal não podem deixar ao abandono o hospital de Torres Vedras e devem exigir do ministério da saúde o que está prometido, concretamente as obras nas urgências e reabilitação de algumas das suas alas no sentido a que os profissionais de saúde tenham condições condignas. -----

---- Lembrou que o empenho de todos é determinante para alcançar esse objectivo. A par deste trabalho também urge equipar o hospital de Torres Vedras com equipamentos de excelência para poderem trabalhar.-----

---- Relativamente à permuta, aguarda a resposta do provedor por escrito.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

6 - PROPOSTA N.º 34/CM/2018 – PLANO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS; -----

---- Presente ofício número 3563 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6 de abril a remeter o plano em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 03/04/2018 e voto de recomendação subscrito pelo PS, que se transcreve na íntegra: -----

---- “No momento em que a matéria supra, se encontra em discussão nesta Assembleia, entendemos ser oportuno contribuir com objetividade para a clarificação necessária do documento e efetuar um conjunto de recomendações á Camara Municipal de Torres Vedras, para incluir no projeto do Plano de Mobilidade de Torres Vedras, no sentido de permitir atingir os objetivos propostos. -----

---- Desta forma, baseado nas diretrizes do IMT e considerando que: -----

---- 1. O conceito de mobilidade sustentável, cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais da União Europeia, pressupõe que os cidadãos, que vivam em cidades, vilas ou aldeias, disponham das condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que lhes proporcionem deslocções seguras, confortáveis, com tempos aceitáveis, custos acessíveis e que a sua mobilidade se exerça com eficiência energética e reduzidos impactos ambientais. -----

---- 2. A implementação de políticas que visem estes objetivos pressupõe a aplicação quer de novos e harmonizados conceitos, instrumentos e técnicas e materiais. -----

---- 3. É necessário conquistar a sociedade civil para urna nova cultura de mobilidade. -----

---- 4. Esta nova cultura irá provocar urna profunda alteração comportamental a nível do cidadão individual, de grupos de cidadãos, de empresas, instituições e a adesão coletiva a propostas e políticas em favor de urna mobilidade sustentável. -----

---- Assim, recomenda-se que: -----

---- 1. Sendo um documento com um prazo de aplicabilidade longo e que o primeiro período de avaliação (5 anos) já ultrapassa o prazo que este executivo estará em funções, que se retire a

impossibilidade de efetuar e realizar novas estradas, permitindo desta forma que decisões sobre este tema sejam analisadas e debatidas pelos órgãos competentes.-----

----- 2. Se considere para o conceito de mobilidade sustentável, não só os veículos exclusivamente elétricos, mas que se considerem também os veículos Híbridos Plug-in, visto que também eles se movem exclusivamente com base na energia elétrica. -----

----- 3. Se permita que ambos os tipos de veículos atrás referidos tenham acesso a um selo de estacionamento anual e de valor simbólico e que se permita o seu estacionamento em qualquer bolsa de estacionamento urbano, à semelhança do que hoje é prática comum em todas as cidades europeias que adotaram Planos de Mobilidade.-----

----- 4. Que o material que hoje reveste os passeios (calçada constituída por pequenos paralelepípedos de pedra, organizados de forma irregular) do nosso concelho, seja gradualmente substituída por um material que permita a não existência de irregularidades tão acentuadas, como as que hoje existem, e que são causa de inúmeros acidentes pessoais e dificultadoras da mobilidade de pessoas com mobilidade reduzida e idosos. -----

----- 5. Que não considere a recomendação que consta do relatório e que aponta, de forma global, para a eliminação das bolsas de estacionamento reservadas exclusivamente aos residentes. Que a transformação das bolsas exclusivas a residentes em lugares mistos, seja efetuada com base numa avaliação caso a caso, uma vez que a pressão de estacionamento exercida sobre as respetivas bolsas não é igual em todos os locais da cidade.-----

----- Torres Vedras, 19 de junho de 2018-----

----- Os Deputados Municipais” -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que os planos de mobilidade são instrumentos fundamentais para a operacionalização das direttrizes nacionais para a mobilidade sustentável, com caráter obrigatório para os municípios com mais de 50 mil habitantes, e para a sua realização o município elaborou uma candidatura à linha de apoio do Fundo de Eficiência Energética.-----

---- O plano encontra-se estruturado em quatro fases onde faz a caracterização e um diagnóstico, envolvendo um conjunto de parceiros, para terem uma percepção real da mobilidade no concelho de Torres Vedras, define a estratégia, formula e avalia as propostas e apresenta o plano de ação.

----- As ações definidas são para 10 anos mas o plano deverá ser revisto de 5 em 5 anos. Será um instrumento fundamental na próxima revisão do PDM. -----

----- Servirá também para aferir várias dimensões, passando pela utilização do carro no território, a utilização dos transportes públicos urbanos e interurbanos, mobilidade suave, no que se refere à pedonalização e redes de ciclovias e ainda à mobilidade sustentável, associada à descarbonização.-----

----- A nível da rede viária municipal permite perceber o estado de segurança e todo o investimento ainda necessário a fazer nesta área. -----

----- Reafirmou que o plano serve para terem uma visão estratégica e integrada, não é vinculativo, mas sim um plano orientador que servirá enquanto ferramenta importante para a qualidade de vida de quem habita e de quem visita o concelho. -----

----- Considerou um indicador interessante o facto de em 3000 inquiridos apenas 9% se deslocarem para fora de Torres Vedras, para trabalhar, escola e lazer, quando a média nacional ascende a 20%.-----

----- No entanto ainda têm que trabalhar mais para que as pessoas não saiam para fora do concelho e para que pessoas de outros concelhos venham para cá viver. -----

----- Deu nota que Torres Vedras está no top das 20 melhores cidade para viver. -----

----- Deixou uma palavra de apreço a todos os presidentes de junta que trabalharam com os serviços e que deram o seu contributo, para além da equipa técnica coordenada pela Dra. Adélia a equipa da empresa TIS, Consultores em Transportes e Inovação e Sistemas, uma das melhores a nível nacional, na elaboração deste importante guia.-----

----- Por último disse que o plano foi aprovado por unanimidade pelo executivo municipal. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa**, fez notar que não se se trata de um regulamento mas de um plano orientador da política municipal neste domínio.-----

----- Neste contexto de apreciação do voto de recomendação disse que seria desejável que o executivo diga se as recomendações do voto contraditam ou impedem o plano. -----

----- O **Sr. Rui Prudêncio** começou por ressaltar que era proponente inicial da recomendação mas obteve o consenso de todas as bancadas. -----

----- Como introdução disse não ter dúvidas que os próximos 5 anos vão ser de grandes alterações em termos de mobilidade-----

----- Afirmou que a mobilidade elétrica está aí para ficar e informou que no mês passado venderam-se mais 130 % de automóveis eléctricos, o que revela o que está em vigor. -----

----- Fez notar que a partir de 2020 nas principais capitais europeias, incluindo Lisboa, deixarão de poder circular nos centros veículos, a diesel e nos últimos 15 dias, duas marcas mundiais de automóveis, a Nissan e a Toyota anunciaram que decidiram deixar de produzir motores diesel.-----

----- Pensa que este plano vem em muito bom tempo, pois vem equacionar, avaliar e propor soluções para as questões da mobilidade, na tentativa de encontrar um equilíbrio entre espaços pedonais, ciclovias, estacionamento etc. -----

----- Assinalou como indicador importante o facto de cerca de 90% dos movimentos de mobilidade serem dentro do próprio concelho.-----

---- Relativamente à recomendação, salientou o n.º 1 para que não fique fechada a possibilidade

de realizar novas estradas visto ser um documento, com um prazo de aplicabilidade longo e que o primeiro período de avaliação de 5 anos, que já ultrapassa o prazo que este executivo estará em funções.-----

---- Salientou também o n.º 2 e n.º 3 para que se considere no conceito de mobilidade sustentável, não só os veículos exclusivamente eléctricos, mas também os híbridos plug-in, e que se permita que tenham acesso a selo de estacionamento anual como forma de incentivo. -----

---- Outra questão recomendada, referida no n.º 4, tem a ver com os passeios, no sentido de que seja gradualmente substituídos por material que não dificulte a mobilidade de pessoas com mobilidade reduzida e idosos.-----

---- Por último, recomenda no seu ponto 5 que não considere a recomendação que consta no relatório e que aponta de forma global, para eliminação das bolsas de estacionamento reservadas exclusivamente a residentes, e que a mesma seja feita com base numa avaliação caso a caso. ----

---- Concluiu dizendo que são recomendações que gostariam de ver reflectidas no que será a execução do plano, são contributos ao documento que considera excelente e bem elaborado.-----

---- O **Sr. António Carneiro**, considera que o relatório em apreço tem prazos demasiado rígidos, pois é uma matéria que ainda está em fase de aprendizagem, e será muito difícil no prazo de 5 anos avaliar, pelo que têm que estar atentos.-----

---- No que se refere à recomendação e ao seu ponto 4, lembrou que a calçada portuguesa é uma marca da cultura portuguesa, acrescentando que a Câmara Municipal estivesse atenta a estas questões, no sentido de permitir melhor mobilidade, mas também assegurar que estes marcos culturais sejam transmitidos às gerações futuras.-----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto** lembrou o que foi referido pelo edil na sessão anterior sobre o Largo de S. Pedro. Solicitou os devidos esclarecimentos, uma vez que o PSD no executivo aprovou a alteração com a premissa que haveria consenso entre a autarquia e os comerciantes. -----

---- O **Sr. Pedro Castelo** fez notar que o voto de recomendação no fundo só mostra algumas insuficiências e algumas lacunas que o plano contém. -----

---- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse concordar genericamente com a intervenção anterior.-----

---- Fez notar que foi o PS que sentiu necessidade para fazer estas alterações, que PSD também subscreve. -----

---- Tem algumas dúvidas quanto à questão do selo para os carros eléctricos, mas admite que seja importante.-----

---- Sendo um plano que tem muito para andar, o PSD não vai quebrar a unanimidade. -----

---- O **Sr. Rui Prudêncio** disse que a recomendação não é originária do PS. Foi ele que a subscreveu e deu a todos os membros para ser assinada.-----

---- O **Sr. Vitor Fernandes** disse que há algumas reuniões atrás, interveio no período aberto à

intervenção do público, uma pessoa com mobilidade reduzida que fez algumas sugestões questionando qual o ponto de situação.-----

----- A **Sra. Teresa Oliveira** lembrou que foi feita uma reunião com os técnicos, numa tentativa de esclarecer este plano, que é muito técnico, mas que considerou produtiva.-----

----- Assim, disse que ficou apreensiva com a indicação de que só 9% da população é que sai do concelho, pois tinha a noção que a percentagem fosse mais elevada, questionando se os inquéritos feitos são uma amostragem razoável,-----

----- Também manifestou a sua preocupação com o facto de haver falta de transportes públicos para quem vive fora da cidade, uma vez que os horários praticados durante a semana têm um horário limitado e reduzido aos fins de semana, o que considera ser um motivo para alguma desertificação do concelho e gostava que fosse tido em conta esta situação.-----

----- Sabe que se está a aguardar o concurso para os transportes públicos que será feito pela OesteCIM, e questionou qual o ponto de situação do mesmo pois considera que a falta de transportes públicos afeta o desenvolvimento do território.-----

----- O **Sr. José Vale Paulos** congratulou-se pelo excelente trabalho da equipa técnica da câmara que elaborou o plano em discussão.-----

----- No que se refere às acessibilidades, lembrou que para salvaguardar a substituição do automóvel pelas pessoas dentro da cidade foi acautelado um conjunto de variantes, que fazem parte do plano rodoviário municipal e do PDM em vigor, das quais $\frac{3}{4}$ ainda estão por construir.-----

----- Faz sentido retirar os carros da cidade mas têm que criar alternativas, credíveis para a circulação que liga o norte ao sul.-----

----- Quem quer ir para leste ou para as praias tem necessariamente passar pelo Choupal, sendo necessário uma variante que ligue Boavista Olheiros à rotunda do “Chinês” para ligar à variante poente.-----

----- A Av. Poente criou alternativas para que não se entre na cidade, para quem vem do sul para norte, o que não existe para oeste, onde existem dois atalhos, pela cadriceira e Louriceira, que hoje em dia já são utilizados por muito tráfego, sem condições para o efeito.-----

----- É necessário que se construa a variante do Figueiredo.-----

----- Frisou que o plano foca mas não atribuiu uma prioridade absoluta, o que considera uma lacuna do mesmo.-----

----- Relativamente à substituição da calçada, assinalou que existem materiais e formas de aplicação criteriosas. Para além de pó de pedra, há a componente de cimento, as juntas podem ser mais dilatadas, com componentes para que haja maior atrito e que não haja possibilidade de escorregamentos constantes e também para evitar as poças.-----

----- O **Sr. Vítor Fernandes** disse que concorda com as recomendações e com a ressalva do

colega António Carneiro e acrescentou que devia ser a autarquia a dar o exemplo, podendo o TUT ser também elétrico, tal como existe noutras cidades.-----

----- O **Sr. João Rodrigues** disse que o plano tem uma obrigatoriedade relativa, que gostaria de ver esclarecida. Está bem feito, faz uma análise correta da situação, mas não traz novidade nenhuma, para além de alguns conceitos.-----

----- Também diz muito pouco quanto à mobilidade reduzida, lembrando o assunto exposto por uma munícipe e sabe que o edil lhe vai responder com o programa Rampa.-----

----- Questionou sobre o plano de Estratégia e Mobilidade 2007, ou sobre o Plano da Rede de Cicloviárias de 2009, que tiveram os seus custos e dos quais foram concretizados acessos a algumas praias, rebaixamentos a alguns passeios na zona das passadeiras, ciclovia Santa Cruz, Porto Novo, Ecopista e pouco mais. Entretanto já se passaram 10 anos, o mesmo tempo que prevê este ambicioso plano que é para todo o concelho.-----

----- Reportando-se à informação da responsável da Área de Valorização Urbana e Mobilidade, que nas linhas de orientações gerais refere “criação e implementação de “verdadeiras” redes municipais pedonais e cicláveis...” questionou se as outras eram falsas.-----

----- Alertou que o plano refere muitas vezes o conceito de modos suaves/vias pedonais, para que as pessoas se possam deslocar em segurança. No entanto a construção de vias pedonais não tem estado nas prioridades do executivo pois o concelho é composto maioritariamente por aldeias sem passeios e quando existem são votados ao abandono.-----

----- Apesar de tudo isto, o seu sentido voto é favorável pois o plano aponta para o bem comum, mas apresenta declaração de voto.-----

----- Por último fez um apelo ao executivo para se empenhar a fundo numa campanha de sensibilização, reuniões com juntas de freguesia, associações locais etc, pois são estes que representam os chamados *stakeholders*.-----

----- O **Sr. Pedro Castelo** disse que ainda não percebeu qual a posição da ACIRO quanto ao encerramento do trânsito no Largo de S. Pedro, solicitando os devidos esclarecimentos.-----

----- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que reafirmou que se trata de um plano estratégico e orientador que irá ter um papel importante na relação com a revisão do PDM, na área da mobilidade, apesar de não ser vinculativo.-----

----- No que se refere às recomendações, ponto 1, disse que é um plano que está em aberto e não faz sentido ficar plasmado.-----

----- Quanto ao exposto no ponto 2, considera pertinente que o conceito de mobilidade sustentável seja mais abrangente, e no que se refere ao recomendado no ponto 3, o município já deu um passo importante dado que, quem precisa de carregar os seus carros eléctricos já o está a fazer gratuitamente nos postos de abastecimentos espalhados pelo território e a questão do selo

para esta tipologia de veículos poderá ser analisada.-----

---- No que se refere, ao número 4, lembrou que até há bem pouco tempo o regulamento era rígido e só permitia calçada à portuguesa, mas agora já permite outras utilizações, tal como se pode verificar em algumas ruas do centro histórico, onde foram colocadas passadeira ao meio. ----

---- Informou ainda que em fevereiro foi iniciado o procedimento de alteração regulamento de cargas e descargas e remoção de veículos abandonados, que estava em vigor desde 2007, o qual está a ser analisado pelas equipas técnicas, no sentido de ser ajustado e muito em breve virá à Assembleia Municipal para aprovar, e cujas alterações pensa que dão abertura à recomendação do ponto 5. -----

---- Concluindo disse que as recomendações apresentadas, tirando a questão do pavimento, porque é uma questão regulamentar, serão remetidas para a equipa técnica, podendo ser inseridas no plano. -----

---- No que se refere à questão do encerramento do Largo de S. Pedro, fez notar que quem é decisor tem que encontrar o ponto de equilíbrio, e esta decisão foi tomada ouvindo os comerciantes. Uns estão a favor e outros que estão contra. Não há unanimidade mas tiveram que tomar uma decisão, que agora vão avaliar. -----

---- No que respeita à mobilidade condicionada informou que no próximo trimestre vão rebaixar um conjunto de passeios, que também emerge do orçamento participativo. -----

---- Também no âmbito do programa Rampa estão a terminar projeto de acessibilidade ao Museu Municipal, e estão previstas mais intervenções no espaço público como fizeram no edifício da Av. 5 de Outubro.-----

---- Sobre os transportes públicos informou que de acordo com um estudo que foi feito, a rede consegue corresponder à relação entre a procura e a oferta. Também aponta para novos modelos em locais que mostre essa necessidade. -----

---- Mais informou que estas questões podem ser acauteladas no caderno de encargos do concurso irá decorrer na OesteCim, e o estudo permite ter uma visão real freguesia a freguesia, tendo os presidentes de junta sido ouvidos no âmbito deste processo. -----

---- No que se refere às variantes, disse que fazia todas as que são necessárias, se tivesse verbas uma vez que se trata de investimentos significativos.-----

---- Relativamente à sugestão de terem TUT eléctrico informou que num concurso que irá ser preparado no âmbito da OesteCIM haverá uma percentagem para a remodelação de frotas que sejam amigas do ambiente -----

---- Deu nota ainda que no âmbito do PEDU estão consignadas para 2019 ciclovias e lembrou que ao dia de hoje existem 200 km de passeios pedonais nas 13 freguesias, que precisam de manutenção. -----

----- Quanto à questão sobre a ACIRO disse que acima de tudo defende os interesses dos seus associados. -----

----- O **Sr. Luis Carlos Lopes** assinalou que se trata de um plano bem elaborado, mas também estranhou o facto de mencionar que só 9% de pessoas saem diariamente para fora de Torres Vedras. -----

----- No que se refere às vias, nada tem a dizer, até porque algumas delas estão previstas no próprio PDM, das quais algumas estão muito atrasadas, sendo a do Figueiredo uma das mais evidentes, também referido pelo deputado municipal Vale Paulos. -----

----- Fez notar que não deviam fazer cronogramas, pois em 2009 já se falava na variante de Figueiredo e parece-lhe estranho que esteja prevista para 2024, ou seja 20 anos depois. -----

----- Se contabilizarem todas as que estão previstas no plano não vai haver verbas, já que estão a falar de 73 milhões de euros e acha que não vai ser possível até 2027/2028 fazer tudo isto. Para o plano ficar credível não devia ser tão rígido em termos de datas. -----

----- No que se refere às bolsas de estacionamento na cidade, estão previstas para o Barro, Arenes e Catefica, mas não foi tido em conta a diminuição de lugares resultante do investimento previsto para o parque de estacionamento de Santiago, assim como no ex sporting de Torres Vedras. Não sabe se os parques na malha interior da cidade serão suficientes. -----

----- Lembrou que está previsto um parque de estacionamento na zona da Repsol, parecendo-lhe que terreno está à venda e se calhar a autarquia devia adquiri-lo. -----

----- Referiu-se à previsibilidade da Linha do Oeste ser recuperada, manifestando algumas dúvidas quanto à verba que está prevista para o novo terminal, e gostaria de perceber onde se vai situar, que tipo de edificação está prevista e a sua implicação no estacionamento. -----

----- Lembrou que o plano de recuperação do centro histórico foi aprovado em 2004, inclui um estudo sociológico e um inquérito a moradores residentes e a comerciantes e não sabe se a implementação destas novas medidas recentes se enquadram e se não saltaram algumas fases e passaram logo para a reestruturação das vias. -----

----- O **Sr. António Carneiro** disse que de facto ficam com a ideia que o plano é demasiado estático, pois as ações a desenvolver estão definidas para os próximos 10 anos, com avaliação ao fim de 5, mas a intervenção do edil deixou-o tranquilo, quando assegurou que o plano é dinâmico, e que a recomendação irá para a equipa técnica, já que o próprio documento também é um conjunto de recomendações, o que lhe parece contraditório com a determinação de prazos e cronogramas. -----

----- Nesse entendimento e considerando a importância do documento o grupo municipal do PS irá votar a favor. -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** referiu-se novamente ao encerramento do trânsito no largo de S. Pedro,

e à resposta que o edil deu ao munícipe, para dizer que compreende que há decisões que têm que ser feitas e que são legítimas do executivo, mas que gostaria que esta medida fosse mais bem discutida, pois acha que há ainda muito para explicar. -----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto** indicou que o plano é extemporâneo uma vez que o território onde o município está inserido é atravessado por três corredores viários, A8, IC11 e a Linha do Oeste. A A8 está devidamente definida e estruturada e em pleno funcionamento, mas não sabem o que efetivamente vai acontecer de futuro com as outras duas -----

---- Assim o Plano de Mobilidade do município terá que se conformar com o que virá a acontecer na Linha do Oeste.-----

---- O plano tem conceitos tecnicamente muito bonitos, mas é uma importação de cidades do centro e norte da Europa que nada tem a ver com a realidade portuguesa e muito menos com a realidade torriense. -----

---- Não sabe o que estão a falar, devem viver numa cidade que não é a dele. Vai contra tudo e todos, contra a razoabilidade e bom senso. -----

---- Quanto ao fecho do trânsito do Largo S. Pedro, têm a teimosia do edil, que com essa sua decisão está a acabar com a cidade, a acabar com a mobilidade no centro da cidade, a pôr a cidade sem pessoas e agora que as escolas fecharam não se vê ninguém na rua. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que o plano em discussão, ao ser aprovado, abre uma janela de oportunidade para recorrer a fundos comunitários. Trata-se de um plano oportuno, e foi desenvolvido dentro desse pressuposto. Foi financiado pelo governo português, neste caso do PSD e Torres Vedras está a dar o seu contributo. -----

---- No seu caderno de encargos, o plano tem um conjunto de ações, com os respectivos cronogramas e respectivos financiamentos, sendo este instrumento de planeamento que serve como linha orientadora para as oportunidades de investimento que vão surgindo, o que não pode ser alcançado com a teoria que já ouviu hoje. -----

---- Fez notar ainda todas as ações que estão planeadas ao nível das variantes têm que ficar consignadas com montantes e cronogramas.-----

---- As questões do estacionamento, rodovias, Linha do Oeste e transportes públicos e individuais estão plasmadas no plano e só não vê quem não quer.-----

---- De novo do uso da palavra o **Sr. Pedro Castelo** assinalou que a informação da responsável da Área de Valorização Urbana e Mobilidade, refere que o plano, no âmbito do seu objectivo geral, visa prosseguir um conjunto de princípios de desenvolvimento que enumerou, para salientar que não há uma palavra para a questão da economia do concelho e das empresas. -----

---- No entender do CDS-PP não é um documento que preveja maior facilitismo para a economia e para o comércio no concelho, visto que nestas medidas são completamente ignorados. -----

----- Fala numa reestruturação e completagem da rede viária do concelho, eliminando “pontos negros” em matéria de segurança, e atento o facto de o plano ser para 5 anos, e que, para os próximos 4 a autarquia apenas prevê o investimento de 3 milhões de euros na rede viária, interroga-se como vão fazer isso. -----

----- Também de novo no uso da palavra, o **Sr. Luís Carlos Lopes** disse achar ser interessante que o edil, não respondendo a nada, disse que o plano é necessário para que haja janelas de oportunidade. -----

----- Ficaram sem perceber sobre a monitorização do centro histórico e também não esclareceu qual o parque de estacionamento que servirá de apoio à ferrovia. -----

----- No entanto, para o PSD não haverá qualquer impedimento para que a autarquia através deste plano, não se possa candidatar a fundos comunitários para alocar verbas, mas têm muitas dúvidas em determinadas áreas. -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** disse que o CDS-PP entende que o plano de mobilidade e transportes em discussão não se adapta minimamente ao que são as exigências do concelho, nomeadamente ignorando a maior parte das atividades económicas do concelho e não se revêem no mesmo, pelo que não terá a aprovação unânime que o edil pretendia. -----

----- Voltou a referir-se ao corte de algumas artérias na cidade, que é por pura teimosia do presidente da câmara que acontece, que não tem a hombridade de voltar atrás. -----

----- Por último questionou qual foi a empresa que fez o estudo, para que municípios já fez planos ou estudos semelhantes e quanto custou. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que as últimas questões do deputado municipal, deviam ser feitas por escrito, para serem respondidas por escrito. -----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto na alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 33 votos a favor e 3 votos contra, aprovar o plano e deliberou por unanimidade aprovar o Voto de Recomendação “Plano de Mobilidade do Município de Torres Vedras”. -----

----- **Declaração de voto** do deputado municipal João António Rodrigues Florindo. -----

----- “O Bloco de Esquerda, vem apresentar declaração de voto, para registo em ata, do Plano de Mobilidade e Transportes de Torres Vedras, em votação na sessão ordinária de 19 de junho de 2018. -----

----- O Bloco de Esquerda, não obstante votar a favor do Plano por considerar que, globalmente, vem melhorar as condições de mobilidade do concelho, no pode deixar de evidenciar que este ignora, salvo pouquíssimas exceções (Figueiredo e Carmões), as deficiências com os transportes públicos coletivos que ligam a sede do concelho às freguesias limítrofes, entendendo que proporcionar meios de deslocação para todos os munícipes com diversas opções horárias, é um

serviço público que deve ser acessível a todos e de notar uma certa incongruência entre a retirada de veículos motorizados da cidade e, em simultâneo, por ausência de uma rede de TPC capaz, promover a deslocação em veículos particulares, de fora, para a cidade. -----

----- Gostaríamos ainda de evidenciar que a gestão do município deve centrar os seus esforços nos munícipes e não apenas nos visitantes, questão por demais evidente na excessiva preocupação com o corredor cidade — praias em oposição às ligações por TPC entre a cidade e restantes locais do concelho.-----

----- Torres Vedras não é só a sua Cidade e Bairros Periféricos. É feita de gentes espalhadas por Vilas, Aldeias, Casais e Montes e todos devem ter iguais oportunidades de acessibilidade e mobilidade, oportunidades essas em cujo melhoramento da Linha do Oeste e ligações rodoviárias a esta, não bastam.-----

----- Ainda, são evidentes, os resultados da política de ordenamento de tráfego, até agora implementada que tem tido como resultado, os esvaziamento do Centro Histórico da Cidade, de pessoas, com evidentes consequências negativas para o comércio da zona, pelo que, afastar o trânsito do Centro Histórico, tem que ser acompanhado de medidas que motivem a população a frequentá-lo.-----

----- Por último, tal como é reconhecido pelos serviços da autarquia (Parecer sobre o Plano de Mobilidade), a criação e implementação de VERDADEIRAS ciclovias previstas no atual Plano de Mobilidade, indicia que a instalação prévia de pseudo-ciclovias dentro da cidade (em 2001), de forma deficiente e colocando em perigo os ciclistas, resultaram em prejuízo para o investimento público, o qual, e apenas no que respeita à elaboração do Plano da Rede de Ciclovias de Torres Vedras (2009), atingiu o montante de 59.490 euros.-----

----- João António Florindo Rodrigues-----

----- Deputado Municipal”-----

7 – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:----- :

7.1 – PROPOSTA N.º 36/CM/2018 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE MATERIAIS EM PVC, PP E FFD PARA ÁGUA E SANEAMENTO, POR LOTES:-----

----- Presente ofício número 5116 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 22 de maio último a remeter o processo em título, de acordo com a deliberação do executivo de 15/05/2018.-----

----- A Assembleia Municipal fazendo uso da sua competência prevista no a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 12/02, na sua atual redação deliberou por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais para Serviços de Municipalizados de Água e Saneamento - “Aquisição contínua de materiais em PVC, PP e FFD para água e saneamento, por lotes.”, no valor de € 149.800,00 acrescido de IVA, distribuídos da seguinte forma - ano de 2018 - €87.383,33

+ IVA e ano de 2019 - €62.416,67 + IVA. -----

7.2 - PROPOSTA N.º 35/CM/2018 - EMPREITADA PARA A REABILITAÇÃO DA ENCOSTA DO CHOUPAL – PARU 09 – CONCURSO PÚBLICO: -----

----- Presente ofício número 5117, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 22 de maio último, a remeter o processo em título, visando a autorização do compromisso plurianual, tendo presente as competências do órgão deliberativo nesta matéria. -----

----- A Assembleia Municipal fazendo uso da sua competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 12/02, na sua atual redacção deliberou por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais para “Empreitada para a reabilitação da Encosta do Choupal – PARU 09 – Concurso Público”, no valor de €668.239,32, acrescido de IVA, distribuídos da seguinte forma – ano de 2018 - € 176. 276,30 + IVA e ano de 2019 - €491,936,02 + IVA. -----

7.3 - PROPOSTA N.º 37/CM/2018 - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS COM COMPARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PEDU, ATÉ AO MONTANTE DE € 559.564,21; -----

----- Presente ofício número 5919, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1 de junho, a remeter o processo em título, visando a autorização da assunção de compromissos plurianuais, tendo presente a competência do órgão deliberativo nesta matéria. -----

----- A Assembleia Municipal fazendo uso da sua competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 12/02, na sua atual redacção deliberou por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais, de acordo com o plano financeiro constante no processo para “Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos fundos europeus estruturais e de investimento no âmbito do PEDU, até ao montante de € 559.564,21. -----

7.4 - PROPOSTA N.º 38/CM/2018 – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS COM COMPARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PEDU - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO, ATÉ AO MONTANTE DE € 239.185,79 -

----- Presente ofício número 5918, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1 de junho a remeter o processo em título, visando a autorização da assunção de compromissos plurianuais, tendo presente a competência do órgão deliberativo nesta matéria. -----

----- A Assembleia Municipal fazendo uso da sua competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 12/02, na sua atual redacção deliberou por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a projeção dos encargos financeiros constantes do processo para “Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional

de projetos com comparticipação dos fundos europeus estruturais e de investimento no âmbito do PEDU – aquisição de equipamento, até ao montante de € 239.185,79.-----

7.5 - PROPOSTA N.º 39/CM/2018 – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DA PÓVOA DE PENAFIRME, ATÉ AO MONTANTE DE € 2.073.580,00.-----

----- Presente ofício número 5916, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 5916 de 1 de junho, a remeter o processo em título, visando a autorização da assunção de compromissos plurianuais, tendo presente a competência do órgão deliberativo nesta matéria. -----

----- A Assembleia Municipal fazendo uso da sua competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 12/02, na sua atual redação deliberou por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a projecção dos encargos financeiros constantes do processo para “Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da conceção/construção do Centro Educativo da Póvoa de Penafirme, até ao montante de € 2.073.580,00.”-----

7.6 - PROPOSTA N.º 40/CM/2018 – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DO TURCIFAL E DE A-DOS-CUNHADOS, ATÉ AO MONTANTE DE € 6.098.900,00;-----

----- Presente ofício número 5917, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 5916 de 1 de junho, a remeter o processo em título, visando a autorização da assunção de compromissos plurianuais, tendo presente a competência do órgão deliberativo nesta matéria. -----

----- A Assembleia Municipal fazendo uso da sua competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 12/02, na sua atual redação deliberou por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a projecção dos encargos financeiros constantes do processo para “Empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da conceção/construção do Centro Educativo do Turcifal e de A-dos-Cunhados, até ao montante de € 6.098.900,00”.-----

8 – PROPOSTA N.º 45/CM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI N.º 29/11, DE 28/02, PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE, DECORRENTES DO DESPACHO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS.-----

----- Presente ofício número 6412, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 14 de junho a dar conhecimento que a câmara em sua reunião de 12/06/2018, aprovou as alterações ao contrato de gestão de eficiência energética supracitado, decorrentes do despacho proferido pelo Tribunal de Contas, as quais respeitam à substituição nas cláusulas 8.^a, 10.^a, 11.^a e 17.^a da OesteCIM que aí figura como primeira outorgante, pelo município que é o segundo outorgante, tendo aprovado a

respetiva minuta em conformidade com estas alterações.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

9 – PROPOSTA N.º 27/AM/2018 - FIXAÇÃO DO VALOR DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DELIBERATIVO;-----

----Presente informação número 188/2018 da Seção de Contratação Pública, datada de 06/06/2018, a informar que nos termos previstos no art.º 17.º da Lei n.º 29/87, de 30/06, alterada pela Lei n.º 52/A/2005, de 10/10 na sua atual redação os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respectivo órgão, que fixará o seu valor, informando sobre os valores da apólice existente, alertando que estando a mesma terminar, torna-se necessário fixar os valores a vigorar no mandato actual.-----

----O **Sr. Presidente da Assembleia** propôs que os valores a fixar fossem os valores do acordo quadro em vigor na OesteCIM para os membros da assembleia, incluindo o presidente da assembleia, que lhes foi dado a conhecer, o teve a anuência de todos os presentes.-----

----A Assembleia Municipal, nos termos no art.º 17.º da Lei n.º 29/87, de 30/06, alterada pela Lei n.º 52/A/2005, de 10/10 na sua atual redação, deliberou por unanimidade, fixar os seguintes valores do seguro de Acidentes Pessoais dos membros do Órgão Deliberativo - Morte ou invalidez Permanente - €250.000,00; Incapacidade Temporária - €105,00/dia; Despesas de Tratamento e Repatriamento - €20.000,00 e Despesas de funeral - € 2.500,00.-----

10 – PROPOSTA N.º 28/AM/2018 – CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO EVENTUAL PARA O ENSINO SUPERIOR EM TORRES VEDRAS;-----

---- Presente a seguinte proposta:-----

---- “A Comissão Permanente de Líderes, reunida a 7 de junho, recomenda, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do artigo 22.º do Regimento, a constituição de uma Comissão Eventual para o Ensino Superior em Torres Vedras, nos termos do Artigo 24.º do Regimento da Assembleia Municipal de Torres Vedras. -----

---- Decidido pela Mesa, nos termos da alínea c), do n.º 1, do Artigo 18.º do Regimento, o agendamento da Constituição desta Comissão na Sessão Ordinária de 19 de junho, propõem-se como membros:-----

---- Partido Socialista -----

---- Membro efetivo – Maria Leonor Marques Marinheiro-----

---- Membro suplente – Rui Pedro Avelar Lopes-----

---- Partido Social Democrata -----

---- Membro efetivo - Marta Filipa Sousa Gerales-----

---- Membro suplente - Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes-----

---- Partido Comunista Português -----

----- Membro efetivo – Maria Teresa Lopes de Oliveira -----
----- Membro suplente – Ana Paula Santos Mota -----
----- CDS- Partido Popular -----
----- Membro efetivo - Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo -----
----- Membro suplente - João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes -----
----- Bloco de Esquerda -----
----- João António Florindo Rodrigues -----
----- Torres nas Linhas – MCI -----
----- Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta acima transcrita. -----

11 – PROPOSTA N.º 41/CM/2018 - NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS; -----

----- Presente ofício número 5920, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1 de junho a remeter o processo em título, tendo presente disposto no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação e que foi efetuado o necessário procedimento de contratação pública, neste caso específico, uma consulta prévia, tendo a prestação de serviços de revisor oficial de contas sido adjudicada à entidade Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC. Nesse sentido, e de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 29/05/2018, remetem proposta de nomeação do Dr. Vicente Pereira Gomes Marques, administrador desta entidade e Revisor Oficial de Contas, para auditor externo do município. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que, em cumprimento do n.º 3, do art.º 55.º, da Lei 75/2013 de 12/09, a votação seria feita por escrutínio secreto, dando nota da metodologia a seguir: -----

----- A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, deliberou por maioria de 30 votos a favor e 6 abstenções, nomear o Dr. Vicente Pereira Gomes Marques, administrador da Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC e Revisor Oficial de Contas, para auditor externo do município. -----

12 – PROPOSTA N.º 42/CM/2018 - DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO E FISCAL SUPLENTE DA PROMOTORRES, E.M.; -----

----- Presente ofício número 5915, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1 de junho, a submeter à consideração do Órgão Deliberativo, atenta a sua competência nesta matéria, a nomeação do fiscal e fiscal suplente da Promotorres E.M para o mandato 2017/2021, tendo sido efectuada o necessário procedimento de prestação de serviços que foi adjudicada à entidade Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que, em cumprimento do n.º 3, do art.º 55.º, da Lei 75/2013 de 12/09, a votação seria feita por escrutínio secreto, dando nota da metodologia a seguir: -----

----- A Assembleia Municipal nos termos do n.º 3, do art.º 26.º, da Lei n.º 50/2012 de 31/08, na sua atual redação deliberou, por maioria de 30 votos a favor e 6 abstenções, designar para fiscal único da Promotorres E.M Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada por Vicente Pereira Gomes Marques, (Revisor Oficial de Contas n.º 669) e fiscal suplente Carlos José Castro Alexandre (Revisor Oficial de Contas n.º 692). -----

13 – PROPOSTA N.º 43/CM/2018 - ATUALIZAÇÃO DA LISTA DE JUÍZES SOCIAIS; -----

----- Presente ofício número 5921, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1 de junho último, a remeter a lista final de cidadãos que podem exercer as funções de juizes sociais para efeitos de aprovação. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que, em cumprimento do n.º 3, do art.º 55.º, da Lei 75/2013 de 12/09, a votação seria feita por escrutínio secreto, dando nota da metodologia a seguir: -----

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista no art.º 36.º, do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30/06 deliberou, por maioria de 32 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção, aprovar a lista que faz parte integrante do processo e que se considera integralmente reproduzida.

----- Anota-se que todas as votações ocorreram no final da reunião e encontrava-se ausente deputado municipal Nuno Henriques. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 11:20 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
